

REALIZAÇÃO



- ANAIS DO 2º -

# SIMPÓSIO AMAZÔNICO DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

(RE)CONSTRUINDO DIÁLOGOS E PRÁTICAS CENTRADAS NO TERRITÓRIO

PATROCÍNIO OURO



PATROCÍNIO



Nossa Senhora da  
CONCEIÇÃO



PROEX  
Programa de Extensão da UFPA



CAPES



CRP 10  
Pará | Amazonas

APOIO



IFCH



CONVIVER



GAB



UFPA

~~~ - ANAIS DO 2º - ~~~

# SIMPÓSIO AMAZÔNICO DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

(RE)CONSTRUINDO DIÁLOGOS E PRÁTICAS CENTRADAS NO TERRITÓRIO



PATRÍCIA DO SOCORRO MAGALHÃES FRANCO DO ESPÍRITO SANTO  
JOSÉ ALVES DE SOUZA FILHO  
HIAN SOARES TEIXEIRA  
JOYCE MARIA VANZELER GONÇALVES

**ANAIS DO 2º SIMPÓSIO AMAZÔNICO DA ABORDAGEM  
CENTRADA NA PESSOA**

1<sup>a</sup> Edição

Quipá Editora  
2025

Copyright © dos autores e autoras.

Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

J83            Anais do 2º simpósio amazônico da abordagem centrada na pessoa / Organizado por Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo, José Alves de Souza Filho, Hian Soares Teixeira e Joyce Maria Vanzeler Gonçalves. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2025.

48 p. : il.

ISBN 978-65-5376-445-3

1. Anais. 2. Simpósio Amazônico. I. Título.

CDD 370.71

---

Obra publicada em março de 2025.

Quipá Editora  
[www.quipaeditora.com.br](http://www.quipaeditora.com.br)  
@quipaeditora

## **REALIZAÇÃO**

GEACP – Grupo de Estudos e Extensão em Abordagem Centrada na Pessoa | @geacpfupfpa

## **APOIO**

UFPA – Universidade Federal do Pará

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CRP-10 – Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (Pará e Amapá)

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

FAPSI – Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará

FAV – Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará

Núcleo de Produção Multimídia da Faculdade de Artes Visuais

Centro de Eventos Benedito Nunes da Universidade Federal do Pará

CAIS – Laboratório de Críticas por Ações e Estudos com as Subjetividades

Projeto Conviver: Ludoterapia e Psicoterapia de Grupo

## **PATROCÍNIO**

IPH – Instituto de Psicologia Humanista de Belém

GFH – Grupo de Florescimento Humano

Projeto Conexão Formativa

Distribuidora Nossa Senhora da Conceição

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo - Organizadora (primeira autora)

José Alves de Souza Filho - Organizador (segundo autor)

Hian Soares Teixeira - Organizador (terceiro autor)

Joyce Maria Vanzeler Gonçalves - Organizadora (quarta autora)

Ana Cristina Freire de Oliveira

Carolina da Natividade Rodrigues Correa

Jamilly da Conceição Serrão Portilho

Larissa Rodrigues da Silva

Naeli do Nascimento Rocha da Luz

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

Amanda Pereira de Carvalho Cruz

Antônio Soares Junior

Elizabete Cristina Monteiro Ribeiro

José Alves de Souza Filho

Márcia Elena Botelho Soares

Thamiris Dias Arraes

Zakiee Castro Mufarrej Hage

## APRESENTAÇÃO

*Te mete, te joga  
E vem, vem, vem, vem, vem  
Vem, vem com a gente  
Tomar banho de chuva  
Tomar banho de cheiro  
Depois se jogar no banzeiro*

*– Banzeiro, canção de Dona Onete*

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) é uma corrente teórica pertencente ao movimento da psicologia humanista e foi desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Carl Ransom Rogers, além de ter sido construída no afã de contracultura ao que se estabelecia enquanto cuidado psicológico nos anos 40. Atualmente, expandiu-se a outros países e isso implica no contato com outros cenários, caracterizados por diferentes culturas e atravessamentos psicosociais.

Na região norte do Brasil, a ACP é uma dentre as abordagens oferecidas nos currículos das faculdades do curso de Psicologia, e isso urge pela articulação da teoria com a prática, quiçá pela construção de novos saberes que se articulam com as demandas do território. Nesse contexto, a vida tensiona por movimento. Pede que nós, profissionais do cuidado em saúde, entremos no *banzeiro*, termo utilizado no norte para se referir às perturbações provocadas na maré pelas ondas. Ou seja: clama por energia, inovação, movimento.

Inspirados por essa ideia de deslocamento e potência para produção de novos vividos, criou-se no ano de 2023 o Simpósio Amazônico da Abordagem Centrada na Pessoa, evento realizado com o intuito de desenvolver maior robustez na comunidade centrada na pessoa atuante na região norte, e surgiu a partir da observável necessidade de consolidação de atividades que versem sobre a práxis dos que se orientam pela abordagem nessa região, discussões estas que se sobressaiam aos circuitos universitários.

Em sua segunda edição, o evento teve o tema “(Re) Construindo Diálogos e Práticas Centradas no Território”, ocorreu entre os dias 18 e 20 de setembro de 2024, e foi organizado por comissão composta pelos membros do Grupo de Estudos e Extensão em Abordagem Centrada na Pessoa – GEACP. Fundado em 2018, o grupo está vinculado à Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA e é coordenado pela Profª. Drª. Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo. No período de suas atividades, o GEACP debruçou-se sobre estudos teóricos de importantes obras para a formação em psicologia humanista, além da aproximação desses conhecimentos com as características da psicologia brasileira e amazônica, assim, implicando-se com a formação de profissionais que versem sobre o compromisso ético, político e social. Sendo válido citar, por fim, que recentemente as atividades do grupo foram expandidas ao campo da extensão.

Outras pessoas e instituições também somaram com a realização do evento, a saber: Laboratório de Críticas por Ações e Estudos com as Subjetividades (CAIS) coordenado pelo Prof. Dr. José Alves de Souza Filho; Projeto Conviver: Ludoterapia e Psicoterapia de Grupo coordenado pela Profª. Drª. Márcia Elena Botelho Soares; Grupo de Florescimento Humano (GFH); Projeto Conexão Formativa; e Instituto de Psicologia Humanista de Belém (IPH), coordenado pela Profa.

Ma. Elizabete Monteiro e pela Profa. Socorro Maués. Além disso, é válido citar que a organização da segunda edição contou, desde seu princípio, com os apoios institucionais da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e da Faculdade de Psicologia, todos vinculados à UFPA.

No que tange à programação, visando promover a formação prática dos participantes e centrada no território amazônico, foram realizadas conferências, mesas redondas, oficinas, apresentações de trabalhos científicos (em formato de comunicação oral), dentre outras. Atividades estas distribuídas nos três dias de realização do evento. Neste ano as atividades (exceto oficinas) foram transmitidas de maneira síncrona e online, e isto foi possibilitado pela parceria desenvolvida com o Núcleo de Produção Multimídia da Faculdade de Artes Visuais da UFPA. No primeiro dia, ocorreram de maneira online as seguintes atividades: apresentação de trabalhos de forma remota; mesa redonda sobre “Saúde Mental e Atenção Psicossocial”, composta pelos convidados Regina Vieira, Edmar Fernandes e Melchisedech Neto; por fim, conferência de abertura com o tema “Primeiros Socorros Psicológicos” desenvolvida pela convidada Carla Ramos.

O segundo dia, de maneira presencial e com transmissão síncrona online. A primeira parte foi iniciada com a programação cultural que contou com a apresentação da violinista Thaís Carneiro. Posteriormente, ocorreu a mesa redonda sobre o tema “Psicologia Hospitalar na Amazônia” com as convidadas Ariana de Oliveira, Bruna Leite e Denise Chaves. Esta foi sucedida por uma sessão de comunicação oral. Já a segunda parte das atividades contou com a realização das seguintes mesas redondas; “Ludoterapia e Psicoterapia de Adolescente” com a participação das convidadas Márcia Soares, Gabriela Ribeiro e Lannay Melo; e “Pesquisas e Experiências Profissionais” desenvolvida pelos convidados Ana Freire, Beatriz Nascimento e Rafael Moraes.

O terceiro e último dia das atividades ocorreu presencialmente e também contou com a transmissão síncrona online. Sendo que a primeira parte teve como princípio a apresentação do violinista Hian Soares, e foi sucedida pela mesa sobre “Políticas Públicas de Saúde”, a qual contou com a presença dos palestrantes Rayara Lopes, Eloisa Freitas e Daniel Castro. Posterior à mesa, foi realizada uma sessão de comunicação oral. Já a segunda parte do último dia contou com a conferência de encerramento do evento com o tema “Psicoterapia Breve” e foi apresentada pela convidada Patrícia Espírito Santo. As atividades foram encerradas com a realização das oficinas sobre os temas “Ansiedades e os Gritos do Corpo: contribuições de Gendlin para a Clínica Centrada na Pessoa” ministrada por Elizabete Ribeiro; “Fotografia terapêutica: expressando as emoções” ministrada por Thamiris Arraes; e “Práticas Libertadoras: por uma atuação centrada nas vítimas de trabalho escravo no Pará” ministrada por José Amaral Neto.

Os esforços e produtos advindos das atividades do segundo simpósio, concluem-se com a publicação dos anais do evento. Sendo válido destacar que os trabalhos apresentados foram avaliados cegamente por uma dupla de pareceristas, os quais constituíam a comissão científica. Divergências avaliativas foram encaminhadas a um terceiro parecerista, com avaliação de peso decisivo. Ao todo, foram apresentados 21 trabalhos, dentre resumos expandidos e simples, divididos entre os eixos temáticos que se seguem.

**Atenção psicológica e práticas clínicas centradas na pessoa** – Trata das intervenções terapêuticas amparadas no referencial teórico da abordagem, como a psicoterapia, o aconselhamento psicológico e o plantão psicológico, entre outras; dialoga com a saúde mental e com os dilemas da contemporaneidade; além disso, também inclui os trabalhos sobre a formação em psicologia.

**Clínica ampliada e contribuições para o contexto amazônico** – Aborda experiências e pesquisas críticas que abordam a realidade amazônica com o enfoque e referencial teórico da abordagem; estabelece diálogos com os territórios amazônicos e com as políticas públicas, como as de atenção à saúde, atenção psicossocial e assistência social, além de políticas para comunidades tradicionais e povos indígenas.

**Epistemologia, desenvolvimento histórico e atravessamentos filosóficos** – Este eixo inclui os estudos no campo da história da psicologia, da epistemologia e dos debates filosóficos que atravessam a abordagem, como as bases do pensamento rogeriano e o seu desenvolvimento no território brasileiro, em especial amazônico; contempla o diálogo com as filosofias existenciais e fenomenológicas; também aceita trabalhos que tratam sobre a pesquisa e metodologia científica.

**Relações humanas e coletividade: ética, política, educação, grupos, família e administração** – Neste eixo, pretende-se abordar os estudos que tratam do alcance do pensamento rogeriano para além da psicologia, dialogando com a teoria das relações humanas e sua aplicação em contextos não clínicos e/ou coletivos; ademais, este eixo também aborda o compromisso ético-político e social do psicólogo humanista em interface com os direitos humanos e inclui as concepções de poder pessoal e o diálogo com as ciências sociais.

Belém do Pará, 12 de dezembro de 2024.

Autenticamente,

Hian Soares Teixeira

*Universidade Federal do Pará*

José Alves de Souza Filho

*Universidade Federal do Pará*

Joyce Maria Vanzeler Gonçalves

*Universidade Federal do Pará*

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

*Universidade Federal do Pará*

## **SUMÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO**

### **RESUMOS EXPANDIDOS**

|                                                                                                       |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>(RE)CONSIDERAÇÃO POSITIVA INCONDICIONAL: PONDERAÇÕES SOBRE A CISNORMATIVIDADE NA PRÁXIS DA ACP</b> | <b>13</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

Ryan de Souza Linard

Menkell Souza Rodrigues

Márcia Elena Botelho Soares

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA E TRANSVIVÊNCIAS: ATRAVESSAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS</b> | <b>16</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

Menkell Souza Rodrigues

José Alves de Souza Filho

|                                                                                                       |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>DISFORIA DE GÊNERO: OS VALORES DA CISGENERIDADE E A INCONGRUÊNCIA EM PESSOAS TRANS E TRAVESTIS</b> | <b>19</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

Ryan de Souza Linard

Jamilly da Conceição Serrão Portilho

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PADRÕES DE GÊNERO: OS VALORES CONCEBIDOS DE UM (CIS)TEMA-MUNDO BINÁRIO E COMPULSÓRIO</b> | <b>22</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

Jamilly da Conceição Serrão Portilho

Ryan de Souza Linard

Márcia Elena Botelho Soares

|                                                                                |           |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>REDUÇÃO DE DANOS E ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS</b> | <b>25</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|

Daniel Castro Silva

José Alves de Souza Filho

|                                                                                                         |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>DA AUTOCONSCIÊNCIA À CONSCIENTIZAÇÃO DA BRANQUITUDE:<br/>ESTRATÉGIAS DE LETRAMENTO RACIAL NA ACP</b> | <b>28</b> |
| Menkell Souza Rodrigues                                                                                 |           |
| Michelle Conceição Guimarães Silva                                                                      |           |
| <b>ESCUTA PSICOLÓGICA NA PERÍCIA JURÍDICA DAS VARAS DE FAMÍLIA:<br/>RELATO DE EXPERIÊNCIA</b>           | <b>31</b> |
| Carla Pinheiro Landim                                                                                   |           |
| <b>RESUMOS SIMPLES</b>                                                                                  |           |
| <b>FEMINISMO E ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: CONSTRUINDO<br/>NOVAS NARRATIVAS</b>                       | <b>35</b> |
| Naeli do Nascimento Rocha da Luz                                                                        |           |
| José Alves de Souza Filho                                                                               |           |
| <b>YANÉ-YANDÉ (NOSSO-NÓS): REPENSANDO O CONCEITO DE SELF PARA<br/>VIVÊNCIAS INDÍGENAS ARAPIUN</b>       | <b>36</b> |
| Auriene Maria dos Anjos Fonseca                                                                         |           |
| Menkell Souza Rodrigues                                                                                 |           |
| Márcia Elena Botelho Soares                                                                             |           |
| <b>REFLEXÕES SOBRE O PODER PESSOAL DE CARL ROGERS: UMA<br/>PERSPECTIVA ANTICAPACITISTA</b>              | <b>37</b> |
| Larissa Souza de Souza                                                                                  |           |
| Kevin Juan Fiel Melo                                                                                    |           |
| José Alves de Souza Filho                                                                               |           |
| <b>FOCALIZAÇÃO NO PLANTÃO PSICOLÓGICO: RELATO DE<br/>EXPERIÊNCIA</b>                                    | <b>38</b> |
| Hian Soares Teixeira                                                                                    |           |
| Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo                                                  |           |

**POSSIBILIDADES DE MANEJO CLÍNICO NA ACP DIANTE DO AUTODIAGNÓSTICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**39**

Naeli do Nascimento Rocha da Luz

Rivia da Glória da Silva da Silva

Ana Lídia Lima da Silva

Matheus Venicio da Silva Fontenele

Gabriel Nascimento Rodrigues

José Alves de Souza Filho

**SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NO PLANTÃO PSICOLÓGICO DA UFPA: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**40**

Rívia da Glória da Silva da Silva

Brenda Rafaela Moreira dos Santos

Matheus Venicio da Silva Fontenele

Gabriel Nascimento da Silva

José Alves de Sousa Filho

**NEUROSE NA PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA: UM ESTUDO TEÓRICO-CONCEITUAL**

**41**

Matheus Venicio da Silva Fontenele

José Alves de Souza Filho

**LUDOTERAPIA CENTRADA NA CRIANÇA: PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA**

**42**

Mayla Ferreira dos Santos Corrêa

Ana Caroline Oliveira Soares

Carolina da Natividade Rodrigues Corrêa

Menkell Souza Rodrigues

Márcia Elena Botelho Soares

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ACP NA PSICOLOGIA JURÍDICA: RELATO DE PESQUISA**

**43**

Carla Pinheiro Landim

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA CENTRADA NO ALUNO DE  
UNIVERSIDADE PÚBLICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS**

**44**

Alice Soares Silva  
Jennifer Leandra Ferreira dos Santos  
Menkell Souza Rodrigues  
Márcia Elena Botelho Soares

**CONTATO PSICOLÓGICO NA PRÉ-TERAPIA DE GARRY PROUTY:  
PESQUISA CONCEITUAL**

**45**

Carolina da Natividade Rodrigues Correa  
Hian Soares Teixeira  
Joyce Maria Vanzeler Gonçalves  
Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

**ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO  
SUPERIOR PRIVADO: ANÁLISE DOCUMENTAL**

**46**

Hian Soares Teixeira  
Menkell Souza Rodrigues  
Naeli do Nascimento Rocha da Luz  
Matheus Venicio da Silva Fontenele  
José Alves de Souza Filho

**O CORPO NA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: LIMITES E  
POSSIBILIDADES**

**47**

Anne Caroline de Sousa Souza  
Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

**PRÁTICA DA ACP EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLUVIAL**

**48**

Nataliane Souza Rangel

REALIZAÇÃO



## RESUMOS EXPANDIDOS

## **(RE)CONSIDERAÇÃO POSITIVA INCONDICIONAL: PONDERAÇÕES SOBRE A CISNORMATIVIDADE NA PRÁXIS DA ACP**

**Ryan de Souza Linard**

Universidade Federal do Pará

**Menkell Souza Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**Márcia Elena Botelho Soares**

Universidade Federal do Pará

**Introdução:** A cisgenerideade é um conceito transfeminista amplamente discutido por pesquisadoras trans, travestis e cis aliadas brasileiras, que a situam enquanto uma estrutura epistemológica (Bento, 2006; Favero, 2020; Vergueiro, 2016). Em sua crítica decolonial à cisgenerideade, Vergueiro (2016) aponta 3 eixos analíticos para desvelar – e, portanto, dar “cor” – a invisibilidade da cismorma, são eles: Pré-discursividade, Binaridade e Permanência. Por Pré-discursividade entende-se a ideia – normativa – de ser possível definir sexo e gênero a partir de critérios ditos objetivos e pautados em determinadas características corporais alheias a autopercepções e contextos socioculturais localizados. A Binaridade é o segundo eixo analítico para a caracterização da cisgenerideade, nela a normatividade se diz capaz de organizar e categorizar toda e qualquer diversidade corporal e seus desdobramentos sexo-gênero, onde, se “normais”, apenas duas opções são factíveis: macho/homem e fêmea/mulher, encobrindo que tais “objetividades” da Binaridade foram organizadas por relações de poder, nas quais esse discurso dito científico está sujeitado às formas euro-americanas de pensar o funcionamento do mundo. O terceiro eixo, o da Permanência, reflete sobre a prerrogativa de que corpos “normais”, “saudáveis”, “congruentes” apresentam uma certa estabilidade e coerência fisiológica e psicológica de pertencimento a uma categoria de “sexo biológico” e que essa Permanência segue um certo padrão de aparências e expressividades, correspondentes “adequadamente” ao que está normativamente atribuído a sexo-gênero. Como se pudesse haver uma fixidez do sexo e gênero e essa fosse incontestável, ainda que a categoria de sexo e gênero seja uma construção no tempo e sustentada não por uma essência, mas sobretudo por uma performatividade (Butler, 2018). Logo, a cisgenerideade, imersa nas relações de poder e saber que subjugam certas identidades e narrativas em detrimento de outras, é marcada pela compulsoriedade de sua atribuição e pela normatização das relações sociais de gênero envolvidas na Psicologia, a qual é reconhecida enquanto detentora de conhecimento sobre as subjetividades humanas. A partir de certos critérios de inteligibilidade, acabam por ditar padrões de normalidade e, consequentemente, “violações morais” e experiência lidas como patológicas e disfuncionais. Sendo assim é necessário a reflexão sobre a lógica cismormativa incrustada nos saberes psicológicos que criam formas de avaliação e reconhecimento das experiências, de forma reduzida e violenta, como se fosse possível dar ao sujeito o veredito sobre sua identidade, como se a ele isto estivesse “oculto”. A Psicologia, como um corpo profissional que ainda é majoritariamente cisgênero, deve não só superar a despatologização da diversidade de gênero, mas a despatologização epistemológica de suas teorias. Na sua orientação de base humanista e existencial, a Abordagem Centrada na Pessoa defende que todo indivíduo possui inerente capacidade de se autodirigir de forma construtiva, no sentido de suprir suas necessidades e buscar sua autorrealização (Silva, 2020). É um fundamento teórico da ACP a compreensão de que só a própria pessoa sabe o que suas experiências significam para ela. E ninguém saberá – nem poderá

ditar – este significado, a não ser que ela o manifeste. Esses princípios, contudo, podem nos fazer pensar, de forma errônea, que a cismodernatividade não estrutura nossa inteligibilidade de mundo e que não está significativamente presente na práxis dos psicólogos centrados na pessoa. É objetivo deste estudo teórico elencar horizontes cismodernativos impostos às experiências trans que, quando nomeados e mesmo denunciados, ajudam a radicalizar pontos chaves da teoria rogeriana. De modo mais específico, discorreremos sobre a atitude de Consideração Positiva Incondicional tangenciando-a com os eixos norteados por Vergueiro (2016). **Discussão:** Rogers (1994) propôs 6 condições necessárias e suficientes para que uma mudança construtiva de personalidade ocorra, dentre elas: autenticidade ou congruência, compreensão empática e Consideração Positiva Incondicional. Do arcabouço teórico da ACP derivam propostas para outros campos além da psicoterapia. Segundo Rogers & Rosemberg (1977), quer estejamos falando da relação entre terapeuta e paciente, professor e aluno, pais e filhos, líder e grupo, ou de qualquer outra situação na qual se proponha como objetivo o desenvolvimento da pessoa, são essas as três condições que constituem o clima que facilita o desenvolvimento. A Consideração Positiva Incondicional é, dentro do sistema rogeriano, um constructo que teve evoluções em sua precisão conceitual e contornos operativos. Outros termos são empregados, como suas variações estilísticas, tais como aceitação, apreço e estima. Tomamos por definição que “a consideração positiva de um outro significativo pode ser chamada de incondicional toda vez que o indivíduo é incapaz de discriminar qualquer experiência sua como sendo mais digna ou menos digna de consideração positiva por parte daquela pessoa” (Almeida, 2009). Standal (1954) argumenta que, embora seja simples definir Consideração Positiva Incondicional, é complexo discernir, dentro de um relacionamento, se a consideração positiva é condicional ou incondicional, mesmo ao adotar um método científico. Isso se deve à falta de técnicas que permitam determinar se um ato específico realmente reflete uma experiência de Consideração Positiva Incondicional. Standal (1954) pondera que a capacidade da consideração positiva de se tornar incondicional e novamente condicional pode estar sempre presente e ocorre de modo tênue e complexo. Essa complexidade tem levado alguns autores a considerar o constructo da Consideração Positiva Incondicional como sendo, em muitos aspectos, intangível. Nesse sentido, apontamos que os eixos analíticos de Vergueiro (2016) sobre a cismodernatividade possibilitam tangenciar elementos condicionais da consideração positiva quando se trata de averiguar a compreensão que profissionais centrados na pessoa dispensam à população trans e travesti. À luz de narrativas biográficas transfeministas, observamos que essa condicionalidade – guiada pela noção implícita da Pré-discursividade, Binariedade e Permanência – se materializa na negação – e, se tratando de saberes psi, patologização – da capacidade das pessoas trans e travestis de reconsiderarem quaisquer elementos de suas vidas. Uma consideração desigualitária – e, portanto, incondicionada – sobre as experiências de gênero não toma o inquérito sobre a “charada identitária” como tributário a uma vivência de gênero sequencial, linear e ordenado. Enfrentando a lógica de uma sociedade cismodernativa e transfóbica, manifestar consideração positiva incondicional é tomar como inalienável a qualquer pessoa, mas sobretudo a pessoas trans e travestis, o direito da reconsideração. A reconsideração de suas identidades plurais, seus modos de ser e existir enquanto seres fluídos no processo de seus desenvolvimentos. Se para as pessoas cis é dado a permissão de modificarem seus corpos em prol dos desejos estéticos e até mesmo de alterar seus nomes em prol das relações de poder envolvidas em um matrimônio, por qual motivo é negado a estima para corpos trans como autores legítimos de seus fluxos existenciais? **Considerações finais:** É preciso retomar as ponderações de Rogers ao ressaltar que a Consideração Positiva Incondicional não deve ser vista como natural nem como dever, mas como algo que pode

ocorrer no relacionamento e, ocorrendo, aumentar o caráter salutar desse relacionamento, pois, quando certos sentimentos estão presentes, mudança e crescimento ocorrem. Não adianta dizer: eu tenho consideração positiva incondicional com todo mundo – como se fosse algo técnico. Se meu sentimento real não for esse, é melhor que eu seja autêntico do que fingir uma consideração positiva incondicional que não estou sentindo. Em se tratando de questões de gênero, os profissionais centrados na pessoa são orientados a reconhecer que suas formações acadêmicas e culturais são estruturadas por uma lógica cisnORMATIVA que, se não nomeadas, podem capturar a incondicionalidade de suas considerações positivas. Portanto, quando profissionais centrados na pessoa assumem a tarefa e opção ética de dar visibilidade à sua compreensão cisgênera de mundo, ele/ela/elu radicaliza – no sentido de ir à raiz – a atitude de Consideração Positiva Incondicional que, segundo os relatos transfeministas, implica reconhecer o direito de considerar e reconsiderar qualquer aspecto da vida.

**Palavras-chaves:** Abordagem Centrada na Pessoa; CisnORMATIVIDADE; Consideração Positiva Incondicional; Transfeminismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, L. R. de. (2009). Consideração positiva incondicional no sistema teórico de Carl Rogers. *Temas em psicologia*, 17(1), 177-190.

Bento, B. (2006). A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Editora Garamond.

Butler, J. (2018). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio.

Favero, S. R. (2020). (Des) epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, 5(13), 403-418.

Rogers, C. R., & Rosenberg, R. L. (1977). A pessoa como centro. Editora Pedagógica e Universitária.

Rogers, C. (1994). As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade. In J. Wood et al. (Orgs), *Abordagem centrada na pessoa* (pp.155-177). Vitória: Editora Fundação Cecílio Abel de Almeida.

Silva, J. R. da. (2020). A Abordagem Centrada na Pessoa e a questão do diagnóstico In: M. A. S. Pinto (Org.), *Abordagem Centrada na Pessoa e algumas de suas possibilidades* (pp. 87-104). All Print Editora.

Standal, S. W. (1954). The need for positive regard: a contribution to client-centered therapy. Tese de Doutorado. University of Chicago, Chicago.

Vergueiro, V. (2016). Pensando a cisgeneride como crítica decolonial. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 249-270.

## ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA E TRANSVIVÊNCIAS: ATRAVESSAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS

**Menkell Souza Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**José Alves de Souza Filho**

Universidade Federal do Pará

**Introdução:** As identidades trans, travestis e cis estão a todo momento fabricando arranjos distintos. Os transfeminismos consideram como tais mobilizações têm sido direcionadas para pensar os indivíduos. Como aponta Favero (2020), por método, as teorias transfeministas questionam a dita objetividade das epistemologias que sustentam os saberes psic平 e resgatam a parcialidade das experiências como modo de produção teórica e de contestação de agenciamento. Os enquadres teóricos dos saberes psicológicos e psiquiátricos situam-se numa lógica de base hegemonicamente cisgênera. A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) desenvolveu-se a partir de um centro global: circunscrita num epicentro de neoliberalismo capitalista, advinda de uma cultura branca e orientada dentro do excepcionalismo americano dos EUA. Ainda que ela se proponha como uma teoria das relações humanas alternativa ao paradigma de controle e poder, a ACP tem como bases epistemológicas sensibilidades de mundo (Mignolo, 2017) que não tiveram como interpelação os enunciados e teorizações transfeministas dos quais dispomos hoje. Esses saberes, produzidos para além da lógica cismaterialista, inauguram outras matrizes de inteligibilidade, não apenas sobre sistemas de sexo-gênero, mas também sobre científicidades (Butler, 2018). Ora, as pessoas trans e travestis não teriam algo a dizer sobre as suas próprias existências? E esse dizer não assume valor justamente por não se pretender como uma expressão neutra e imparcial? A ACP não precisa também ter suas lógicas cisgêneras reconhecidas e nomeadas? O que se atualiza do arcabouço teórico da ACP quando suas teorias são tensionadas com os enunciados trans? Evidentemente, não pretendemos esgotar essas pistas de investigação num único texto. Pretendemos tensionar como a Abordagem Centrada na pessoa dispõe de elementos teóricos que possam se aliar às demandas e engajamentos das pessoas trans e travestis, bem como reconhecer os atuais limites que essa abordagem apresenta diante dos avanços analíticos dos estudos de gênero. Para tanto, este estudo teórico, num primeiro momento, retoma como Carl Rogers situou o trabalho de sua vida como uma Teoria da Relações Humanas e as novidades que ele pretendeu instaurar no mundo. Em seguida, aprofundamos como a ACP, dentro de sua teorização psicológica, ajuda a compreender e considerar as experiências trans enquanto construção de personalidade. Por fim, trazemos ponderações que os transfeminismos fazem em relação à compreensão de gênero e sua estruturação epistêmica e política, identificando contrapontos na teoria rogeriana. **Discussão:** Rogers (1978) define como conceito central de seu pensamento político a ideia de uma tendência à realização presente em todas as pessoas. O significado desta direção organísmica no ser humano, para Rogers, é o substrato de toda motivação humana e, portanto, responsável por sua manutenção e desenvolvimento. Esta tendência à realização pode expressar-se na mais ampla escala de comportamentos e em resposta a uma variedade muito grande de necessidades, sendo vista como importante constituidora do tecido social. De um lado, a Teoria das Relações Humanas da ACP engaja-se na confiança de que as pessoas estão aptas a estabelecer uma política harmoniosa de relacionamentos quando ordenadas em coerência à

sua tendência realizadora. Por outro lado, entende que os conflitos estabelecidos entre as pessoas se relacionam com uma alienação organísmica dos indivíduos em relação a si mesmos. Rogers (1983) sugere que a cultura pode ter maior determinação sobre a pessoa do que seu organismo. Uma pessoa pode estar conscientemente lutando em direção a um objetivo, enquanto seu direcionamento organísmico, como um todo, está justamente em direção contrária. A política das relações humanas, em Rogers, se guia em tornar menos ou nada concorrente a tendência à realização com os valores da Cultura. A teorização que a Abordagem Centrada na Pessoa constrói, à época de Rogers, sobre questões de gênero tangem à realidade da mulher cis, branca e norte-americana, embora não tivesse como intenção se limitar a esses marcadores sociais. A partir do que lhe era apresentado, Rogers lidou com a opressão de gênero dentro dos elementos teóricos de transformação individual e social que sua teoria propunha. Rogers não incorporou à sua teoria – porque não pôde – as contribuições analíticas dos movimentos feministas, cis e trans, da teoria queer, dos estudos em interseccionalidades e das pesquisas decoloniais. Esses avanços provocam a ACP de hoje, pós-rogeriana. Por defender uma confiança irrestrita na autodeterminação dos sujeitos, a Abordagem Centrada na Pessoa tem sido apresentada como um contraponto às crenças sociais de que a diversidade de gênero é desordenada e de que não se pode confiar às pessoas trans e travestis os seus próprios direcionamentos de vida (Livingstone, 2008). A noção generalizada de que as pessoas trans e travestis têm uma inerente incongruência consigo (MacKinnon, 2018) está em desacordo com a teoria da natureza humana de Rogers (1959). Para alguns, o gênero é experienciado como fluido ao longo da vida (Gosling, 2018). Ao valorizar a transgeneridade e a travestilidade como uma identidade organísmica e autêntica, é fundamental evitar a essencialização do gênero. O que deve ser valorizado não é a experiência trans e travestis como destino, mas o poder pessoal de abraçar e expressar a própria identidade de gênero, mesmo nos momentos em que esta difere daquela atribuída no nascimento. Embora apreciemos a presença de uma tendência à atualização, devemos também estar cientes das restrições culturais à capacidade de atualização dos indivíduos. As atitudes culturais em relação à diversidade de gênero estão longe de ser incondicionalmente positivas. Qualquer apoio social pode proporcionar uma consideração positiva que enfraquece as condições de valor. Isso sugere que políticas públicas que estabeleçam e fortaleçam relações de consideração positiva para com a população trans contribuem para o arrefecimento de condições de valor transfóbicas. Os transfeminismos problematizam caminhos traçados pela psicologia como um todo, especialmente voltados a advogar por uma identidade integrada, positiva, perdendo de vistas violências que acompanham uma “inclusão” compulsória (Favero, 2023). Jaqueline Jesus (2012) aponta para a fomentação contínua de uma psicopolítica na modernidade, responsável por instrumentalizar tecnologias para o exercício da sujeição ao regime da positividade. Enquanto teoria das relações humanas, a ACP expressa confiança de que, ao se cumprir condições necessárias que facilitem a autenticidade humana, o movimento social das pessoas terá direção e caráter positivo. Porém, como ponderaram Frecchiani & Gomes (2021), é preciso considerar o que é anterior aos elementos de auto realização da ACP: os atravessamentos das estruturas sociais. Os transfeminismos denunciam e mesmo rejeitam esse excesso de positividade que muito se assemelha a um ideal de normalidade. O que frequentemente os ativismos trans buscam é sustentar o negativo, o não-normativo como possibilidade legítima de existência. **Considerações finais:** A teoria de Rogers fornece uma visão de pessoa que tem potencial aliança com a luta trans, porém, não apenas como uma teoria psicológica de compreensão interna dos processos de experiências de gênero, mas sobretudo por elevar a responsabilidade das relações interpessoais, indicando horizontes políticos que visem cumprir

condições de vida necessárias para a realização humana, galgada na superação de condições de valor discriminatórias que impedem a autenticidade transindividual. Por fim, é necessário que os teóricos e profissionais da ACP se acautelem de não pensar nas pessoas trans e travestis como se pensava décadas atrás. Estudos que apenas agrupam casos clínicos de clientes que se queixam do corpo, da aparência, do nome, da identidade, fortalecendo a crença de que essas seriam uma questão do self, do Eu, de instâncias muito internas, já não correspondem às pautas das trans vivências a nível macro. O que oferecem a Saúde, a Educação, o Trabalho e a Política à população trans? Os transfeminismos diriam aos profissionais e teóricos da Abordagem Centrada na Pessoa que elas/eles/elus devem instigar-se por sair do excesso do “compreender quem é” e partir para o fortalecimento da narrativa política.

**Palavras-chaves:** Abordagem Centrada na Pessoa; Teoria da Personalidade; Transfeminismo; Relações Humanas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Butler, J. (2018). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio.

Favero, S. (2022). Psicologia suja. Editora Devires.

Favero, S. (2023). “Como atender travestis e pessoas trans?”: (des) cisgenerizando o cuidado em saúde mental. cadernos pagu, e226613.

Frecchini, R. T. R. V. (2021). Tornar-se mulher In: J. C. Lopes & F. Müller (Org.), Transversalidades na abordagem centrada na pessoa: diálogos, possibilidades e contribuições (pp. 144-172). Pimenta Cultural.

Gosling, J. (2018). Fluidez de gênero refletida na sociedade contemporânea. *Jung Journal*, 12 (3), 75-79.

De Jesus, J. G. (2012). Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH (Vol. 6, pp. 1-15).

Livingstone, T. (2008). The relevance of a person-centered approach to therapy with transgendered or transsexual clients. *Person-Centered & Experiential Psychotherapies*, 7(2), 135–144. <https://doi.org/10.1080/14779757.2008.9688459>

MacKinnon, K. (2018). Pathologising trans people: Exploring the roles of patients and medical personnel. *Theory in Action*, 11(4), 74–96. <https://doi.org/10.3798/tia.1937-0237.1826>

Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, 1 (1), 12-32.

Rogers, C. R. (1978). Sobre o poder pessoal. São Paulo: Martins Fontes.

Rogers, C. R. (1983). Um jeito de ser. São Paulo: EPU.

## **DISFORIA DE GÊNERO: OS VALORES DA CISGENERIDADE E A INCONGRUÊNCIA EM PESSOAS TRANS E TRAVESTITIS**

**Ryan de Souza Linard**

Universidade Federal do Pará

**Jamilly da Conceição Serrão Portilho**

Universidade Federal do Pará

**Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo**

Universidade Federal do Pará

**Introdução:** A partir das perspectivas transfeministas, faz-se interessante refletir sobre os processos de subjetivação de gênero e seus impactos para a formação do self em sujeitos cujas existências são nomeadas transgressoras, como a população trans e travesti. O ponto da ideia de cisgeneridade se formula com a necessidade de se nomear o espaço cheio, produtor de coerência sobre o gênero, instituído socialmente como parâmetro para se dar como patológicas as vivências trans e travesti (Fuchs, 2021). A cisheteronormatividade, como bússola social, utiliza como norte a construção do sexo biológico e das diferenças sexuais como pré-discursivas para guiar os corpos para o seu destino “natural”, que, de acordo com Vergueiro (2016), embasa-se na ideia da binariedade compulsória, sendo possível categorizar os desdobramentos sexo-gênero sobre duas únicas opções: macho/homem e fêmea/mulher. Firmino (2017) aponta para o sexo como produto das relações de poder que se articulam diretamente ao saber. Relações essas que se concretizam mediante suas práticas em diferentes níveis e direções no cotidiano, como postas em Foucault (1979), que se constituem como dispositivos da cisgeneridade para operar, de maneira estratégica, a normalização dos discursos biomédicos, defensores do determinismo biológico (Cazeiro, 2019). A disforia de gênero tida na quinta versão do DSM (2014, p. 451) como a incongruência que provoca sofrimento mediante a relação do sujeito trans com seu corpo, e que ainda é vista como “sintoma” imprescindível para a patologia do “transexualismo” é discutida, por Dino (2017), como uma expressão que dá nome ao sentimento vivenciado por indivíduos trans e travestis, em diferentes contextos de agressão, aos quais são submetidos em virtude das construções sociais cismutativas sobre os corpos, que encontram a necessidade de lê-los através dos parâmetros de validação cisgênero. Cabe, neste sentido, questionarmos a leitura das experiências disfóricas a partir de um parâmetro de congruência de gênero provindo direto de uma noção patológica, como no DSM-V, que articula critérios, como a percepção de “forte desgosto com a própria anatomia sexual” para o diagnóstico de crianças (2013, p. 452) ou a “forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero – ou de algum gênero alternativo diferente do designado – em diagnósticos de adolescentes em adultos (2013, p. 453). O psicoterapeuta norte-americano Carl Rogers, desenvolveu a partir de seus trabalhos clínicos, a Abordagem Centrada na Pessoa, como uma ética das relações humanas que busca abarcar a subjetividade humana no político, no social e no histórico, ou seja, na sua totalidade. A partir dessa visão, Amatuzzi (2010) afirma que o referencial humano visto na Abordagem Centrada na Pessoa deve ser respeitado a partir da crença na capacidade de atualização dos indivíduos, rumo ao desenvolvimento pleno, positivo e autêntico de suas potencialidades. Porém, defendemos que a manutenção de padrões sociais segundo a cismutura caminha na direção oposta ao pensamento rogeriano, uma vez que dispõem, no meio social, condições desfavoráveis à atualização do self de

pessoas trans e travestis. **Discussão:** Para Carl Rogers, o processo pessoal de valorar certas experiências está ligado, estreitamente, ao funcionamento do organismo e ao desenvolvimento da personalidade. Araújo e Freire (2014) ressaltam a definição de valor, segundo Rogers, como: “tendência de todo ser vivo para mostrar preferência, em suas ações, por um tipo de objeto ou objetivo, em vez de outro” (p. 95). Nesse sentido, duas classes de valores são postas: os valores operativos e os valores concebidos. A primeira, ao adotar as demandas do organismo como base, resguarda o pensamento rogeriano no que se refere à crença nas potencialidades da pessoa para o crescimento, a manutenção e o amadurecimento do self. A segunda classe, por sua vez, ao operar conforme modelos de simbolização anteriores à experiência do sujeito, interioriza avaliações e expectativas de figuras externas que estabelecem o que é bom, o que deve ser sentido e vivido pelo self. Nessa dinâmica, a preferência pelo referencial de valores concebidos é compreendida sob a luz da necessidade de aceitação da pessoa pelos seus outros significativos (família, escola, amigos, cultura, etc), haja vista que, assumindo o centro avaliativo sobre si e sobre o mundo assim como é pensado por estes, à pessoa é garantido amor, validação, aceitação. Rogers & Kinget (1977) esclarecem as subjetividades desse tipo de valoração quando afirmam: “(...) (o sujeito) avalia sua experiência em função dos critérios de outras pessoas em vez de avaliar baseando-se na satisfação (ou na falta de satisfação) vivida, realmente experimentada” (p. 177). A questão que emerge, contudo, de relações proeminentemente seletivas e concebidas é a incongruência na pessoa, este estado discrepante entre a autoimagem, inventada segundo demandas de outros, e a experiência presente no organismo da pessoa e, com isso, o risco do não reconhecimento de si. Esse processo corrobora para a manutenção do processo disfórico, esta suposta incongruência entre o sexo biológico assinalado ao nascer e o sexo psicológico vivenciado, a qual demarca a fronteira entre o suposto real e um suposto inventado. Preciado (2022) explica que entende as condições disfóricas não como patologias psiquiátricas, mas como um fenômeno que anuncia ao mundo um novo regime do saber sob novas formas de vida, as quais se construíram culturalmente com almas em exílios e vistas como corpos em mutação. As pessoas trans alertam para uma nova ordem político-visual, essa noção de mundo sensorial construído através da estética, a partir das quais se deve pensar a transição planetária para este novo regime. Ou seja, a disforia de gênero como característica basilar da “sintomatologia” do ser trans, deve também ser lida como uma insatisfação às normatividades sociais, aos signos corpóreos, aos códigos de conduta e aos parâmetros de sentimentos e emoções que colocam em xeque a identidade destes corpos. Como Firmino (2017) nos faz refletir, embora pensemos no “tornar-se” como escolha, precisamos compreender que esta liberdade se dá mediante um contexto, um imperativo aos corpos para que sigam a performance, como visto em Butler (2003), sempre revestida de simbologia como atos, gestos e atuações que dão sentido às identidades, que elegem a manifestação da estima social para com os corpos. Como postos por Jesus (2016) e Funchs (2021), o sofrimento de pessoas trans e travestis provém das estruturas sociais desfavoráveis e insensíveis aos seus corpos que despertam reações agressivas que despersonalizam essas identidades, alegando a compreensão inadequadas destes sujeitos sobre si próprios haja visto os seus genitais, colocando estes corpos sempre no âmbito da rejeição e dificultando as possibilidades destes indivíduos de exercerem suas cidadanias plenas com o usufruto de seus direitos. **Considerações Finais:** A leitura das experiências trans e travestis é constantemente colocada sob a ótica da anormalidade, sempre vista como uma vida de sofrimento em virtude da insatisfação com seu gênero. Mas, nunca se pondera sobre a origem deste padrão de normalidade que articula mecanismos silenciosos que contornam um dos reais problemas implicados aqui. Recorrendo ao referencial

teórico da Abordagem Centrada na Pessoa para desvelar tal fenômeno, compreendemos que tais condições são desfavoráveis à formação e atualização orgâsmica de seus self, mantendo-os prisioneiros das valorações embasadas na cis-heteronormatividade, ao perceberem a seletividade existente na manifestação de consideração positiva (in)condicional sobre os corpos, sendo preferencialmente aqueles que se encontram dentro das normativas sociais tidas como congruentes.

**Palavras-chave:** Disforia de gênero; Transfeminismos; Incongruência; Abordagem Centrada na Pessoa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amatuzzi, Mauro Martins. (2012). Rogers: ética humanista e psicoterapia. Alínea.

Araújo, I. C., & Freire, J. C. (2014). Os valores e a sua importância para a teoria da clínica da abordagem centrada na pessoa. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 20(1), 94-103.

Associação Psiquiátrica Americana. (2014). DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora.

Butler, Judith. (2018). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio.

de Jesus, J. G. (2016). Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. *Revista Direito e Práxis*, 7(3), 537-556.

Dino, A. K. R. (2017). Atravessando sentidos: travestilidades e disforia de gênero.

Firmino, F. H., & Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1), 51-61.

Foucault, Michel. (1989). Microfísica do poder. Graal.

Fuchs, J. J. B., Hining, A. P. S., & Toneli, M. J. F. (2021). Psicologia e cismodernidade. *Psicologia & Sociedade*, 33.

Hining, A. P. S., & Toneli, M. J. F. (2023). Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 31(1).

Preciado, P. B. (2022). Dysphoria mundi. Anagrama.

Rogers, Carl & King, Marian. (1977). Psicoterapia e relações humanas. Interlivros.

Silva, F. C. D., Souza, E. M. F. D., & Bezerra, M. A. (2019). (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, 27(2).

Vergueiro, V. (2016). Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 249-270.

## **PADRÕES DE GÊNERO: OS VALORES CONCEBIDOS DE UM (CIS)TEMA-MUNDO BINÁRIO E COMPULSÓRIO**

**Jamilly da Conceição Serrão Portilho**

Universidade Federal do Pará

**Ryan de Souza Linard**

Universidade Federal do Pará

**Márcia Elena Botelho Soares**

Universidade Federal do Pará

**Introdução:** Sobre o corpo vivo é depositado, mesmo antes de seu nascimento, todos os valores culturais tidos como significativos, que carregam consigo um escopo de expectativas do que o ser, em existência, deverá produzir nas suas relações consigo e com o mundo. O papel primordial da pessoa, nessa trama social, é decidido após o parto, quando este é designado homem ou mulher (Firmino & Porchat, 2017). Tal roteiro social, que interpela corpos de acordo com uma lógica normatizadora, é chamado de gênero. Sobre esse mundo repartido, simploriamente, em dois opostos de gênero, masculino e feminino, Quinalha (2022) alerta: (...) “trata-se de uma ordenação social e sexual que busca cristalizar posições e valores bem definidos (...) há o governo de uma ideologia de gênero e sexualidade que, por séculos, tem organizado a nossa sociedade” (p. 36). A problemática que surge desse modelo de sociedade é o não reconhecimento de outras possibilidades de ser no mundo, cuja existência persiste e precede tais legitimações sociais. A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), desenvolvida pelo psicoterapeuta norte-americano Carl Rogers, reivindica a necessidade de respeito ao referencial humano, conforme a confiança nas capacidades de atualização de todos os indivíduos, rumo a um desenvolvimento pessoal positivo, autêntico. Enquanto uma ética das relações humanas, como propôs Amatuzzi (2010), também procura contemplar, para além do espaço clínico da psicoterapia, a vida das pessoas, na interpessoalidade, no social, no político. Nessa perspectiva, nota-se certo desacordo entre a imposição de padrões de gênero, provenientes de um sistema cis-heteronormativo, e o pensamento humanista rogeriano. À nível da vida cotidiana, as relações pessoais são atravessadas por violências simbólicas que instituem sobre corpos desviantes a norma – corpos intersexuais, corpos trans, corpos não-binários, principalmente – tentativas de aniquilamento de suas identidades, sob um ideal de valor que desacredita em suas capacidades de autogerenciamento na construção de suas próprias vivências. Assim sendo, este trabalho tem por foco pensar a imposição social dos padrões de gênero sobre corpos e existências plurais a partir dos estudos sobre valores, segundo a Abordagem Centrada na Pessoa. Para isso, utilizou-se de referências bibliográficas que discutiam questões culturais de gênero, cismaterialidade, bem como ética e valores na Abordagem Centrada na Pessoa. **Discussão:** Em primeiro lugar, é válido refletir sobre o seguimento de padrões sociais de gênero, segundo o processo valorativo centrado na pessoa, como uma classe de valores concebida. Nos estudos sobre a organização da personalidade, Carl Rogers relata que certas experiências podem ser valoradas em detrimento de outras, dependendo do referencial adotado pelo sujeito. Quando os valores adotados são embasados nas demandas organísmicas da pessoa, a valoração é dita operativa. De outro modo, quando o referencial de valores seguido privilegia expectativas outras, alheias à própria experiência do sujeito, intitula-se esta classe de valores como concebida. O entendimento de como se dá a dinâmica das relações mais primordiais do indivíduo é central na constituição do seu modelo de valores. Araújo & Freire (2014) pontuam a

questão da necessidade de amor intrínseca ao desenvolvimento pessoal: “(...) Rogers parte do princípio de que todo ser humano tem necessidade de amor (aceitação) e se comporta de maneira a viver a experiência de amor” (p. 96). As relações interpessoais empreendidas pelo indivíduo para com pessoas tidas como socialmente significativas, as chamadas pessoas-critério, possibilitam a vivência do aspirante amor. Contudo, caso exista seletividade na manifestação desse amor por tais pessoas, o indivíduo tende a orientar seu comportamento de acordo com a apreciação valorativa ditada por eles (Rogers & Kinget, 1977). Desprovido da liberdade de juízo sobre aquilo que organísmicamente necessita para autorrealizar-se, o sujeito internaliza valores concebidos por terceiros, visando a manutenção de uma efêmera aceitação. Nessa perspectiva, Pombo (2024), ao revisar as contribuições de Butter sobre a problemática do gênero, aponta as “punições sociais”, sofridas por corpos que não correspondem às expectativas normativas do gênero, materializadas, muitas vezes, nas práticas discriminatórias e violentas da família, dos amigos, dos pares na escola, dos parceiros afetivos – em suma, das pessoas-critérios de pessoas intersexo, trans, não-binárias – daqueles que alçam, na vivência relacional, os limites da aceitação nos “rituais diários da vida corporal” dos seus, posto que são constituídos simbolicamente pelas normas do meio social. Todavia, é relevante que se destaque que, quando aprisionadas nas cristalizações de ser do regime cis-heteronormativo, pessoas com possibilidades diversas de existência deparam-se com os males da incongruência que está dada e é constante neste (cis)tema-mundo binário. Brito & Moreira (2011) sublinham a indissociabilidade entre a liberdade e a vivência do “ser o que se é”, entendido como objetivo final de todo ser humano, conforme o pensamento rogeriano, e ainda acrescentam: “(...) Muitas vezes esta liberdade não é vivida, pois o indivíduo se encontra preso à obrigação de desempenhar determinado papel de determinada maneira (...)” (p. 203). Dito posto, apercebe-se o iminente conflito entre o que a pessoa é e, em potencial, pode ser no mundo, e o que esperam que ela seja, segundo os padrões e normativas de gênero (incongruência), visto que o desfrute da liberdade de escolha é de fundamental importância para uma constituição autêntica dos indivíduos e, no entanto, é cerceada nessa dinâmica de sobreposição de valores sociais sobre os corpos de como ser, o que fazer, com quem viver, a quem amar e desejar (Pombo, 2024). **Considerações Finais:** Conclui-se que a tônica dos padrões de gênero, sob a lógica de uma ideologia de sexo e gênero compulsória, urge como um processo ideal de valores, pessoalmente, inalcançáveis pelos devires da existência no amor, no desejo, na auto-invenção de cada sujeito. O amor (aceitação) pode ser entendido como elemento-chave nesta análise, haja vista que é este que é negociado nas relações atravessadas pelo conservadorismo da norma. A retomada de uma valoração orientada pelo vivido, pelo referencial organísmico de cada pessoa nas relações, como propõe Carl Rogers na prática psicoterapêutica, é urgente para proteção de vidas diversas, historicamente violentadas. A Abordagem Centrada na Pessoa mostra-se como um profícuo referencial teórico nesta empreitada, o que sugere a necessária continuidade do debate sobre as problemáticas do gênero neste contexto, sob a luz centrada na pessoa.

**Palavras-chave:** Padrões de gênero; Valores concebidos; Abordagem Centrada na Pessoa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amatuzzi, Mauro Martins. (2012). Rogers: ética humanista e psicoterapia. Alínea.

Araújo, I. C., & Freire, J. C. (2014). Os valores e a sua importância para a teoria da clínica da abordagem centrada na pessoa. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 20(1), 94-103.

de Mattos Brito, R. M., & Moreira, V. (2011). “Ser o que se é” na psicoterapia de Carl Rogers: um estado ou um processo?. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 20, 201-210.

Firmino, F. H., & Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1), 51-61.

Pombo, M. F. (2024). Além dos binarismos: a não binariedade como potência subversiva. *Periódicus*. 1(20). 6-20.

Quinalha, Renan. (2022). Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Autêntica.

Rogers, Carl & Kinget, Marian. (1977). Psicoterapia e relações humanas. Interlivros.

## **REDUÇÃO DE DANOS E ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS**

**Daniel Castro Silva**

Universidade Federal do Pará

**José Alves de Souza Filho**

Universidade Federal do Pará

**Introdução:** No Brasil, a implementação das estratégias de Redução de Danos (RD) iniciou na década de 70, na cidade de Santos (SP), pois foi observado um alto índice de AIDS entre os usuários de drogas injetáveis (UDI), devido ao compartilhamento de seringas infectadas no uso grupal (Mesquita, 1992). Todavia, apenas em 2003, a RD foi indicada como parte integrante da Política Nacional de Saúde Mental para as pessoas com problemas relacionados ao uso de diferentes drogas, principalmente apoiada pela experiência de Reforma Psiquiátrica, no qual apontava a construção de uma rede de serviços abertos e territorializados (Machado, 2011; Domenica, 2019). Apesar da RD ser considerada um norte para as práticas de cuidado às pessoas que sofrem com problemas de alcoolismo e outras drogas, essa ideia não se limita a este campo. Assim, com a atualização da Política Nacional da Atenção Básica (2011), a RD foi expandida para outras condições de saúde, sendo considerada uma das estratégias previstas no conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo. (Conte, 2004). Utiliza-se duas vertentes principais nessa discussão: a primeira, como uma estratégia para reduzir danos de IST em usuários de drogas; e, a segunda, de forma ampliada, concebida no campo da Saúde Coletiva, que engloba ações de prevenção dos danos antes que eles ocorram (Dias, 2003). Deste modo, ao atuar como psicólogo filiado a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e redutor de danos na Atenção Primária à Saúde (APS), foi observado inquietações teóricas durante as práticas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Em busca de apresentar uma discussão acerca dos encontros teóricos e metodológicos decorrentes da Redução de Danos (RD) e da ACP na atuação profissional, este trabalho procura responder esse questionamento, com apoio das proposições teóricas de Rogers presentes nas obras “Tornar-se Pessoa” (1961) e “Sobre o Poder Pessoal” (1979) e as diretrizes propostas pela RD no Caderno de Atenção Básica Saúde Mental, do Ministério da Saúde. **Discussão:** No século XX, a ACP inaugura um pensamento de psicoterapia centrada na pessoa, que potencializa a autonomia e o empoderamento no processo dos sujeitos. Com sua visão ético-política nas relações interpessoais, Rogers desenvolveu as chamadas atitudes facilitadoras, que servem como orientações para o manejo clínico, que são nomeadas como Condição Positiva Incondicional, Compreensão Empática e Autenticidade. Desta forma a união dessas três atitudes em qualquer relação interpessoal é considerada por Rogers como condições necessárias e suficientes para promover a autonomia e as potencialidades humanas. Seu pensamento não permaneceu restrito à prática clínica, seus trabalhos permearam em diversas áreas, como a educação, organizações, relações familiares e grupos (Rogers, 2001). Contudo, embora tenha sido proposto por Rogers algumas décadas antes, Kahhale (2003) indica que, no Brasil, até 1983, a Psicologia seguia o modelo clínico clássico, com o viés patologizante, que era aplicado principalmente em ambientes hospitalares. Assim, o uso abusivo de álcool e outras substâncias ainda é marcado, historicamente, por uma abordagem biomédica e patologizante, que não considera os impactos psicológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos na atuação com este fenômeno. A RD torna possível um novo

movimento, que tem como objetivo proteger os direitos dos usuários de drogas, não apenas sob a perspectiva pessoal, mas, sobretudo, como uma afirmação política que garante que os usuários tenham participação social (Souza, 2019). Desta maneira, ao centralizar no sujeito e considerar seus desejos e possibilidades, a RD é caracterizada como uma abordagem em saúde menos normalizadora e prescritiva, pois se evita ditar ou impor, a partir da autoridade profissional, quais seriam as escolhas e atitudes adequadas ou não a serem adotadas. Dessa forma, é possível notar a dinâmica de atuação da RD na Atenção Básica, que pressupõe a utilização de estratégias relacionais que focam no acolhimento empático, no vínculo e na confiança como fatores que favorecem a adesão da pessoa. Esta prática se assemelha à visão da atuação da ACP, que centraliza a pessoa no processo psicoterápico, ampliando a discussão de saúde-adoecimento, quando enfatiza a pessoa como um sujeito responsável pelo seu processo. Uma maior independência e integração do indivíduo, ao invés de esperar que tais resultados derivem do auxílio dado pelo orientador à solução de problemas. O foco é o indivíduo e não o problema. O objetivo não é resolver um problema particular, mas auxiliar o indivíduo a crescer, de modo que possa enfrentar o problema presente e os posteriores de uma maneira mais bem integrada (Rogers, 1977). A Redução de Danos (RD) contribui para a operacionalização da perspectiva de uma clínica ampliada, permitindo a emergência de dimensões subjetivas e a reconfiguração dos territórios existenciais, tanto dos profissionais de saúde quanto daqueles que os assistem. A partir do acolhimento, de uma escuta ampliada e a interação interdisciplinar, é possível construir alternativas terapêuticas mais abrangentes na medida em que estão atentas ao sujeito que faz uso abusivo de drogas. Essa articulação de ações terapêuticas deve ser coerente com a história de vida do sujeito, seus desejos, frustrações, sonhos, medos. Na ACP, o papel do psicoterapeuta e do redutor de danos se assemelha quando sua atuação se aproxima de uma construção de um ambiente facilitador, em condições que viabilizem o desenvolvimento do outro à “tendência ao crescimento e a direção deste crescimento serão então evidentes e virão do interior do organismo” (Rogers, 2001, p. 271). **Conclusão:** Com a própria discussão acerca do novo conceito de saúde utilizado pelo SUS, que propõe práticas humanizadas, trouxe de volta aspectos da pessoa que estavam sendo negligenciados. Desta forma, a ACP é uma proposta psicológica que tem proximidades com a RD, quando ambas relatam a importância do contato com a pessoa atendida e suas experiências para a construção de estratégias de qualidade de vida nas diferentes realidades presentes no país. Além de considerar os aspectos emocionais e sociais das pessoas envolvidas no seu processo de saúde ou doença, incentivar a autonomia no cuidado à saúde e resgatar a necessidade de relações interpessoais autênticas como meio de promoção da saúde. A dimensão processual desse modo de produção do cuidado ancora, mas, ao mesmo tempo, projeta a construção da integralidade em saúde na perspectiva de autonomia e emancipação dos sujeitos e coletivos, como também garante acesso aos territórios de cuidado.

**Palavras-chave:** Redução de Danos; Abordagem Centrada na Pessoa; Carl Rogers; Saúde Mental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conte, M., da Rocha Mayer, R. T., Reverbel, C., Sbruzzi, C., Menezes, C. B., Alves, G. T., Braga, P. (2004). Redução de danos e saúde mental na perspectiva da atenção básica. *Boletim de Saúde*, 8(1), 59 – 77.

Dias, J. C., Scivoletto, S., Silva, C. D., Laranjeira, R. R., Zaleski, M., Gigliotti, A., ... & Marques, A. C. P. R. (2003). Redução de danos: posições da Associação Brasileira de Psiquiatria e da Associação Brasileira para Estudos do Álcool e Outras Drogas. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 52(5), 341-348.

Dominico, A. (2019). História, Conceitos e Princípios de Redução de Danos. In Redução de danos conceitos e práticas (Vol. 1, pp. 5 – 14). São Paulo: Ministério da Saúde.

Kahhale, E. M. P. (2003). Psicologia na saúde: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia, 161-191.

Machado, A. R., Santos, D. C., Santos, M. P., & Nogueira, R. C. (2018). Políticas públicas para uso prejudicial de álcool e outras drogas: avanços e retrocessos. Machado AR, Santos DC, Santos MP, Nogueira RC. Políticas públicas para uso prejudicial de álcool e outras drogas: avanços e retrocessos. Belo Horizonte: ESP-MG, 37-43.

Mesquita, F. (1992). AIDS na rota da cocaína: um conto santista. In Aids na rota da cocaína: um conto santista (pp. 69-69).

Rogers, C. R. (2001). Sobre o poder pessoal (WM Alves Penteado, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979).

Rogers, C. (1985). Tornar-se pessoa (7. a edição). Porto: Moraes Editores (obra original publicada em 1961).

Rogers, C. R., & Rosenberg, R. L. (1977). A pessoa como centro São Paulo. SP: EPU-EDUSP.

Souza, T. P. (2019). Das Práticas em Redução de Danos à Redução de Danos nas Práticas. In Redução de danos conceitos e práticas (pp. 16 – 29). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.

## **DA AUTOCONSCIÊNCIA À CONSCIENTIZAÇÃO DA BRANQUITUDEN ESTRATÉGIAS DE LETRAMENTO RACIAL NA ACP**

**Menkell Souza Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**Michelle Conceição Guimarães Silva**

Universidade Federal do Pará

**Introdução:** Os estudos das estruturas racializadas é tema discutido há várias décadas, de maneira mais histórica, pelos estudos iniciados nos Estados Unidos e na Europa nos anos 90. É importante localizar os estudos dentro do contexto geográfico e temporal para percebermos as influências em nosso espaço brasileiro. Para uma compreensão mais alargada e crítica dessas estruturas racializadas será abordado neste texto a branquitude. Os estudos sobre a branquitude começaram a ganhar destaque no Brasil a partir dos anos 2000, com influências de pesquisas realizadas nesses dois contextos mencionados: EUA e Europa. Esses estudos buscaram entender como a identidade branca é construída e mantida, e como ela contribui para a perpetuação de desigualdades raciais (Schucman, 2014). Dentro da Psicologia, o Conselho Federal reúne diversas notas, livros e orientações éticas sobre o fazer profissional comprometido com uma compreensão dos aspectos sociais, culturais e políticos dentro de uma sociedade racializada. Entretanto, é necessário salientar os nomes daquelas que são precursoras dessas pesquisas: Maria Aparecida da Silva Bento e Virgínia Leone Bicudo, entre outras autoras e autores que certamente contribuíram para a formação dessa ciência como Franz Fanon e Du Bois. Mediante a isso, é de suma relevância conceituar o termo “branquitude”, que para Lia Vainer Schucman se trata de um lugar vinculado a ideologia da colonialidade. Schucman (2014) aponta que esse termo descreve as construções das identidades raciais brancas por meio das relações de poder dentro da estrutura social racista, ou seja, trata-se da ideia fictícia de que existe uma superioridade formada pela concepção de raça, que também foi forjada pela colonialidade. É indubitável relatar que essa concepção de branquitude permeia todas as estruturas sociais. Assim, um dos conceitos centrais nos estudos sobre branquitude é o privilégio branco, que se refere às vantagens normalizadas que pessoas brancas possuem em uma sociedade racialmente estratificada. No Brasil, isso pode se manifestar em áreas como educação, mercado de trabalho, segurança pública e representação midiática (de Jesus, 2012). Um aspecto importante desses estudos da branquitude é a análise da invisibilidade da própria branquitude. Pessoas brancas muitas vezes não percebem a branquitude como uma identidade racial, contribuindo para a manutenção do status quo e a naturalização das desigualdades raciais (Schucman, 2014; Sovik, 2009). Por meio dessa perspectiva que se tem a noção da necessidade do letramento racial. O letramento racial envolve a capacidade de reconhecer, entender e questionar as estruturas raciais, bem como entender os efeitos do racismo dentro da sociedade. Esse movimento requer um processo educacional e de conscientização de si, em busca de desnaturalizar a discriminação racial (Silva, 2018). A branquitude reverbera diretamente no letramento racial na medida em que pessoas brancas não percebem a necessidade de adquirir e desenvolver esse tipo de letramento, uma vez que sua posição de privilégio lhes proporciona essa isenção e uma determinada “neutralidade”. A perspectiva trazida neste trabalho envolve a formação da Psicologia, sobretudo, nos pressupostos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) – uma teoria desenvolvida por Carl Rogers, homem branco e estadunidense. As reflexões sobre branquitude e

letramento racial não significam apontamentos que estão tangenciados pela prática de Psicólogas (os/es) Centradas (os/es) na Pessoa, mas sim consideradas como aspectos da ética comprometida com os Direitos Humanos. Carneiro (2021), psicóloga da ACP, afirma que é indispensável que durante a formação do profissional se tenha acesso as discussões que relacionem racismo e adoecimento psíquico, sendo isto um posicionamento antirracista e que esta posição pode ser facilitadora para um processo psicológico. Entender que a branquitude é estruturante na nossa sociedade, principalmente na atuação profissional da Psicologia é crucial. Numa fundamentação teórica da Abordagem Centrada na Pessoa, faz-se importante considerar que toda percepção e entendimento da teoria deve ser pautada sob a ótica política, cultural, social e econômica. Sabe-se que a construção de um conceito de si/ Eu também se dá pelas experiências organísmicas que envolvem o mundo social, campo fenomenológico e consciência. Portanto, o objetivo desse estudo teórico é apresentar as estratégias de letramento racial segundo um Eu-Processo da Abordagem Centrada na Pessoa. **Discussão:** Além de dar significado próprio às coisas, pessoas e acontecimentos, o indivíduo dá a si mesmo um sentido e tem de si uma percepção como ser-no-mundo. Na ACP, chamamos de self essa percepção de si e do mundo (Rogers & Kinget, 1977). O termo self não encontra uma tradução adequada em português para designar o conceito que assume na prática psicológica da ACP. Por aproximações, é possível indicá-lo como sendo autoimagem, conceito de si, eu. Essas expressões podem ser usadas como sinônimos. O conceito de Eu é um dos principais elementos constitutivos da Teoria da Personalidade de Rogers, juntamente com a tendência à realização. O Eu é parte integrante do campo perceptual, é referente ao significado que o indivíduo dá a si mesmo, emergindo das experiências que ele faz com os outros e com o meio. À medida que essas experiências se processam, vai surgindo um conjunto de significados, dando-lhe a “realidade” subjetiva que ele pensa que é. Para ajudar a aprofundar as implicações de uma “psicologia do Eu/Self”, presente nas Teorias da ACP, com as reflexões sobre branquitude, procuramos pensar esse Eu como atributo ou processo numa relação com os conceitos de autoconsciência e conscientização de James Bugental. Segundo Bugental (1975), o “Eu”, como processo ativo da pessoa, é muito diferente do “me” ou “mim”, estes que se compõe dos atributos que a pessoa recebeu. O Eu-processo é puro sujeito, fluxo processual do presente e não qualidades substantivas intrínsecas. O Eu atributo é puro objeto, exclusivamente atributivo e substantivado no passado. Fazemos notar que o conceito de Eu-atributo se aproxima do conceito de Eu-ideal da ACP, pois ambos se referem ao conjunto de características que um indivíduo deseja reclamar a si. Enquanto o conceito de Eu-processo se aproxima do Eu-real da ACP por se referir a um estado de fluxo contínuo, centrado no presente e que muda constantemente. Compreendemos que a lógica da branquitude, que opera de modo invisibilizado, é uma “realidade” construída subjetivamente e materializada objetivamente dentro dessa dinâmica de constituição do Eu branco, que, paradoxalmente, não se nomeia, mas se referencia como critério numa sociedade estruturalmente racista. Apontamos que os indivíduos brancos operam seus privilégios tácitos segundo um Eu-ideal (Eu-atributo) e que a inteligibilidade da dinâmica social e política de sua racialidade apela para uma noção de Eu-real (Eu-processo). Contudo, a estratégia de letramento racial proposta aqui não se dá por uma autoconsciência (self-consciousness) dos indivíduos brancos, mas por uma conscientização (self-awareness). Como discorrido por Bugental (1975), a autoconsciência opera uma compreensão de si ainda mediada por um “Eu” que é sinônimo de “me” e “mim”, ou seja, ela se desenvolve pela autorreferencialidade do Eu-ideal (Eu-atributo), o que implica sempre numa simbolização imprecisa/incorrecta porque condicionada ou ameaçada por alguma substantivação do passado. Por

quanto, a conscientização é um processo ligado a uma noção de “Eu” fidedigno à experiencião e, portanto, cônscio de um processo atual e em fluxo, aberto à mudança, sem tanta resistência; um Eu-real (Eu-processo) que simboliza corretamente o seu papel numa sociedade hierarquicamente racista. Nestes termos, uma estratégia de letramento racial da branquitude que vise efetivamente tornar-se antirracista deslocará o centro de sua atenção do apelo à autoconsciência para o processo de conscientização. **Considerações finais:** Entende-se, portanto, a emergência de retomar a construção da personalidade por meio do conceito da noção de Eu. Isto é, o resgate da teoria da personalidade é elemento fundamental para pensarmos como a dinâmica do Eu implica nas múltiplas dinâmicas da sociedade, incluso, de modo específico, a lógica da branquitude. No caso da proposta apresentada, esta concepção contribuirá de forma direta para o processo de tendência à realização, uma vez que traduz os significados atribuídos enquanto sujeitos constituídos pelas inúmeras vivências dentro do seu contexto. De tal modo que é a noção de Eu que, em última análise, determina a materialização concreta da tendência à realização. O caminho traçado para uma compreensão preocupada com o letramento racial não perpassa pela dinâmica da autoconsciência, mas sim pelo fluxo da conscientização, o qual se caracteriza pelo envolvimento político, social, cultural e econômico da sociedade racializada.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Branquitude; Letramento Racial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bugental, J. F. T. (1975). O Eu: processo ou ilusão? In: T. C. Greening (Org.), *Psicologia existencial-humanista* (pp. 85-103). Zahar Editores.

Carneiro, V. (2021). Experiências na formação de psicoterapeutas antirracistas. *Diaphora*, 10(3), 32-38.

de Jesus, C. M. (2012). Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco.

Schucman, L. V. (2014). *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*. Annablume.

Silva, A. L. (2018). *Racismo e Branquitude: reflexões críticas sobre privilégio racial*. Pallas.

Sovik, L. (2009). Aqui ninguém é branco: raça, identidade e multiculturalismo na cultura brasileira. Aeroplano.

Rogers, C., & Kinget, M. (1977). *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva* (Vol. 1). Belo Horizonte: Interlivros.(Original publicado em 1959).

## ESCUTA PSICOLÓGICA NA PERÍCIA JURÍDICA DAS VARAS DE FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Carla Pinheiro Landim**

Psicóloga Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, especialista em Psicologia Jurídica pelo Conselho Federal de Psicologia

**Introdução:** O presente relato de experiência busca refletir sobre a escuta psicológica no espaço jurídico, dialogando a atuação da autora como psicóloga junto às Varas de Família em Belém, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com o arcabouço teórico do pensamento rogeriano. A escuta psicológica requer atenção no contexto jurídico, posto que para além de ofertar um espaço de crescimento pessoal, é necessário reconhecer que as falas emitidas pelos sujeitos podem ter repercussões sobre a causa jurídica em que litigam; também, reflete-se sobre a capacidade da escuta psicológica oferecer continência no contexto jurídico aos estados emocionais que podem emergir diante do aprofundamento da escuta; outrossim, atenta-se para os ataques a que o profissional pode sofrer quando o atendido se sente ameçado ou criticado com uma devolutiva ou pergunta, e; reflete-se sobre a responsabilidade para que métodos de escuta psicológica afastem-se de práticas que focam explorar eventos traumáticos de forma invasiva e revitimizadora. Intui-se revelar e refletir saberes e fazeres psicológicos tocantes a escuta psicológica no judiciário. **Metodologia:** Ecléa Bosi (2003, p.41) elucida o valor do relato autobiográfico, posto que é por meio desta modalidade que se mostra “a atividade psíquica dotada de força e significado”, destacando também que a memória é um trabalho sobre “o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003, p. 53), de modo que um trabalho de testemunho histórico revela a evolução da pessoa no tempo. Pontua-se, também, que a modalidade de redação acadêmica-científica denominada relato de experiência consiste em uma ação crítica-reflexiva (Mussi, Flores, Almeida, 2021). No presente caso, entrecruza-se a teoria de Carl Rogers e a experiência da autora com escuta psicológica na área jurídica, cargo desempenhado ao longo de 11 anos (ano de 2013 a 2024). **Discussão:** Os estudos de Carl Rogers sobre a escuta psicológica caracterizada pelas atitudes facilitadoras, quais sejam, empatia, congruência e consideração positiva incondicional, indicaram que tal escuta favorece o rebaixamento das defesas psíquicas, por meio de, por exemplo, respostas espelho e compartilhamento de sentidos, propiciando uma experiência relacional em que a expressão verbal e a amplificação da percepção sobre a experiência ocorra com maior probabilidade (ROGERS, 1992). Contudo, no meio jurídico, as falas emitidas pelos sujeitos podem ter implicações para o indivíduo no processo legal, emergindo assim a preocupação sobre os impactos desta forma de escuta nos espectros psíquico, social, econômico para aquele indivíduo. Assim, entende-se que a escuta psicológica requer manuseio para evitar uma indução do indivíduo a expor conteúdos de forma não conscientemente volitiva, sublinhando a responsabilidade ética do psicólogo quanto a suas escolhas em aprofundar ou não certos aspectos das falas trazidas. Percebe-se que alguns dos sujeitos atendidos, sobretudo as partes litigantes no processo judicial (pois também são atendidas crianças, adolescentes e, por vezes, familiares, profissionais, dentre outros), seja por forte entremeamento no conflito familiar judicial, seja por razões outras diversas, utilizam as perguntas que lhe são dirigidas ou as falas que lhes são partilhadas para acusar o psicólogo de parcialidade, o que impacta em como o psicólogo emite suas devolutivas, percepções e perguntas. A perícia psicológica nas Varas de Família é determinada judicialmente quando estão em discussão os direitos de crianças e/ou adolescentes, cuja capacidade

maturacional para compreender o contexto psico-socio-familiar e, de tal modo, poder opinar plenamente por si mesmos, encontra-se em desenvolvimento. É preciso destacar que é um princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) considerar as relações de poder nos contextos em que atua, analisando assim as motivações que alimentam a demanda recebida, de tal modo que a contribuição da Psicologia deve estar para além do simples atendimento ao que lhe é solicitado, mas debater os elementos políticos, sociais, econômicos, culturais, que constroem a demanda (FOUCAULT, 1979). Sob essa luz, entende-se que a escuta psicológica no espaço jurídico está comprometida, em primeiro lugar, garantir ao atendido (independente de sua idade) a compreensão dos objetivos que movem aquela intervenção, qual seja, fornecer espaço de escuta para conhecer o contexto familiar em questão, em busca de resguardar direitos humanos, com especial atenção para os direitos de crianças e de adolescentes envolvidos. A escuta psicológica também é atravessada pela cobrança institucional do judiciário por produtivismo, como referido por Santos e Darós (2016), cuja lógica não compatibiliza com a natureza subjetiva e com os compromissos profissionais do psicólogo. Reclamam-se respostas rápidas, sinalizando uma individualização e simplificação dos conflitos familiares, em busca por culpados, desfocando da carência de política pública voltada para famílias em conflito. O intento judicial de extrair a verdade rapidamente, trás para discussão os riscos em conduzir arbitrariamente uma pessoa a relatar episódios íntimos, o que pode se revelar não somente invasivo, mas produzir a revivescência da dor experenciada em circunstâncias potencialmente traumáticas. Os métodos psicológicos precisam estar compromissados com a saúde mental e com o bem estar geral; esta lógica que prioriza o aspecto humano sinaliza para a necessária construção de novos formatos de atuação e intervenção, reclamando integração da rede de proteção do poder público, da família e da sociedade, para promover garantia de direitos individuais e sociais multigeracionalmente negados. A inserção da Psicologia no campo jurídico intervém em favor do estranhamento de métodos e valores instituídos, promovendo discussão sobre práticas vigentes. Na experiência da autora nas Varas de Família, percebe-se que a escuta psicológica dentro do contexto jurídico mantém-se, frequentemente, em um nível cognitivo por parte do atendido, haja vista não haver mútua confiança que permita um nível de escuta mais profundo entre ambos. Ainda, observa-se que alguns indivíduos atendidos manifestam sentirem-se obrigados ou constrangidos àquela escuta por força de uma ordem judicial. Exemplifica-se que um adolescente, ao final de seu atendimento, escreveu que seu maior desejo é que não houvesse conflito entre seus pais para que ele “não tivesse que passar por aquela humilhação”. Analisou-se que a humilhação a que se referia era ele ter sido convidado a falar sobre sua vida, ao que se sentira obrigado, apesar dos termos da livre escuta terem sido expostos no início do atendimento. De outro lado, entende-se que é possível, em alguns cenários jurídicos, efetuar escuta psicológica profunda, ilustrando-se com o atendimento de uma adolescente que chorou copiosamente durante sua entrevista. Ela relatava sua percepção sobre o abandono material e emocional perpetrado por seu pai após a separação conjugal entre seus genitores. No caso referido, recorda-se que o atendimento voltado para coletar dados foi interrompido para realizar-se um atendimento nos moldes de plantão psicológico, em busca de ofertar suporte emocional. Em todos estes casos, o encontro real com outro ser humano, que se coloca para ouvir e tentar entender empaticamente suas falas é um processo em si mesmo que pode servir para nutrição psicológica. Contudo, há casos em que se observam pessoas comprometidas em apresentar uma versão previamente programada; isto porque a versão real geralmente não lhes é possível apresentar sem prejuízos para si mesmo, por exemplo, por praticarem violências físicas e morais contra os filhos, difamação deliberada contra o outro ente

parental, exposição dos filhos a abuso de substâncias tóxicas e prática de condutas ilícitas. **Considerações Finais:** Conclui-se que a escuta psicológica em seu mais efetivo formato proposto por Carl Rogers acontece em uma relação em que psicólogo e atendido se permitem um nível de empatia, autenticidade e consideração positiva incondicional. Realizar os atendimentos pautados na ACP busca oferecer encontros que ofertem um ambiente psicológico favorável a saúde mental e ao bem estar, o que para Rogers conduz para soluções mais sociáveis. Percebe-se que o fazer psicológico precisa estar em constante discussão com as forças de poder que atravessam as práticas institucionais, a subjetividade das pessoas atendidas e o contexto social, político, econômico e cultural. A escuta psicológica é ferramenta basilar da Psicologia, inclusive na Perícia Psicológica, e atenta para fornecer suporte e espaço de fala, a fim de atuar não pautada em lógicas punitivas, mas voltada para o cuidado, o crescimento pessoal, crescimento grupal, bem como discutindo os micropoderes que se atravessam para a produção da subjetividade humana e da sociedade como um todo.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Psicologia Jurídica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de ética profissional do psicólogo. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organizaçao e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Mussi, Ricardo Franklin de Freitas, Flores, Fábio Fernandes, & Almeida, Claudio Bispo de. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional, 17(48), 60-77. Epub 25 de novembro de 2021. <https://doi.org/10.22481/praxedu.v17i48.9010>

Santos, Érika Piedade da Silva; Darós, Lindomar Expedito S.. Condições de trabalho: o cotidiano laboral de assistentes sociais e psicólogos no TJ/RJ. In: Brandão, Eduardo Ponte (org.) Atualidades em Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro/RJ: Nau Editora, 2016.

Rogers, C. R. (1992). Terapia centrada no cliente São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1951).

REALIZAÇÃO



## RESUMOS SIMPLES

## **FEMINISMO E ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: CONSTRUINDO NOVAS NARRATIVAS**

**Naeli do Nascimento Rocha da Luz**

Universidade Federal do Pará

**José Alves de Souza Filho**

Universidade Federal do Pará

A Abordagem Centrada na Pessoa, em seu contexto original, priorizou a ideia de uma “pessoa em funcionamento pleno”, secundarizando os atravessamentos sociais, culturais e políticos presentes nos contextos de vida. Contudo, nas últimas décadas, as discussões sobre a necessidade de problematizar esses atravessamentos no desenvolvimento da teoria rogeriana têm se intensificado, construindo esforços para atualizar a ACP às discussões contemporâneas. Torna-se necessário incorporar referenciais teóricos que subsidiam essas atualizações. Dentre esses, as epistemologias feministas contemporâneas emergem como literaturas fundamentais para a compreensão dos atravessamentos patriarcais que impactam a vida das mulheres. Nesse sentido, este trabalho busca discutir a implicação das epistemologias feministas na ACP, explorando como esses referenciais podem contribuir para uma teoria mais inclusiva e sensível às complexidades sociais e culturais. No processo de construção da ACP enquanto teoria, são poucos os referenciais existentes que possibilitam acessar vivências atravessadas por marcadores sociais. Sendo assim, as diferentes formas de ser e vivenciar experiências são secundarizadas em prol de um projeto universal de ser. As literaturas feministas permitem compreender que os processos de subjetivação que envolvem o ser-mulher devem ser problematizados em circunstância do avanço do neoliberalismo patriarcal. Não os implicar na construção de uma teoria para as relações humanas é contribuir para a perpetuação de estruturas sociais que influenciam o ser-mulher. Em suma, ao integrar as epistemologias feministas em sua construção, a ACP reafirma seu compromisso com a dignidade e o valor intrínseco da pessoa-mulher, reconhecendo que a singularidade de cada indivíduo é inseparável dos contextos sociais e políticos que moldam suas vivências. Trata-se de uma possibilidade para a teoria rogeriana se renovar frente às demandas contemporâneas, sem perder sua essência centrada na pessoa.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Feminismo.

## **YANÉ-YANDÉ (NOSSO-NÓS): REPENSANDO O CONCEITO DE SELF PARA VIVÊNCIAS INDÍGENAS ARAPIUN**

**Auriene Maria dos Anjos Fonseca**

Universidade Federal do Pará

**Menkell Souza Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**Márcia Elena Botelho Soares**

Universidade Federal do Pará

É comum que profissionais da psicologia na América Latina só abordem a subjetividade a partir de teorias europeias ou estadunidenses. Embora possam estudar as culturas indígenas, fazem isso com a condição de que essas culturas permaneçam como objeto de estudo, não como fontes de conhecimento; como algo a ser observado e não como agentes ativos no processo. É objetivo desse estudo teórico pontuar o quanto o conceito de Self da teoria rogeriana ressoa estranho e impreciso para as experiências indígenas do Povo Arapiun, do oeste do Pará, propondo que a concepção de “Pessoa” seja interpelada por uma noção de Yané-Yandé (Nosso-Nós), mais do que uma noção de Eu. Na nossa discussão, ponderamos como a ideia de Self é um componente fundamental na Teoria da Personalidade de Rogers e se relaciona com a maneira como o indivíduo percebe a si mesmo e o mundo. Dentro desse campo perceptual, essa noção de Eu visa formar uma representação de como acreditamos ser. Problematizamos o quanto a perspectiva individualizante do conceito Self faz pouco ou nenhum sentido para vivências do Povo Arapiun, que tem sua subjetividade constituída por uma noção de pertencimento ao coletivo. A busca do sujeito centrada em si mesmo não dialoga bem com a cosmovisão do indígena Arapiun. Apontamos que o léxico que pode melhor simbolizar a experiência Arapiun é Yané-Yandé: Nosso-Nós (tradução aproximada). Concluímos que a Abordagem Centrada na Pessoa é convidada a compreender que a individualidade indígena implica e condensa uma outridade/coletividade. É a outridade/coletividade que individualiza e dá percepção ao sujeito Arapiun, guiado por Yané-Yandé.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Povo Arapiun; Amazônia.

## **REFLEXÕES SOBRE O PODER PESSOAL DE CARL ROGERS: UMA PERSPECTIVA ANTICAPACITISTA**

**Larissa Souza de Souza**

Universidade Federal do Pará

**Kevin Juan Fiel Melo**

Universidade Federal do Pará

**José Alves de Souza Filho**

Universidade Federal do Pará

Na presente reflexão crítica pretende-se discorrer sobre o conceito de Poder Pessoal de Carl Rogers a partir das questões anticapacitistas que lutam contra a marginalização e estigmatização de pessoas com deficiência, cuja existência é atrelada à subalternidade e à ausência de autonomia desses indivíduos. Em seu projeto teórico, Carl Rogers construiu ideias basilares para a Abordagem Centrada na Pessoa, especialmente o conceito de poder pessoal, segundo todo o indivíduo possuem potencialidades intrínsecas à vida de seu organismo. Por este conceito faremos a intersecção entre a política anticapacitista e a teoria Rogeriana. O capacitismo trata-se de uma forma de discriminação onde há inferiorização de pessoas com deficiência, de modo a impelir uma hiperresponsabilização de si. Em contraste, o anticapacitismo surge como o movimento de luta contra a estratificação social, institucional, política, atitudinal, etc, vivenciada cotidianamente pela população PCD. Quando refletimos a dinâmica dos organismos abordado por Carl Rogers, e sua tendência a uma motivação intrínseca para uma realização biopsicossocial, questionamos como a pessoa com deficiência constrói suas potencialidades e autonomia concomitante luta contra os entraves sociais materializados em preconceitos e estigmatizações. Logo, a importância da discussão sobre a pauta Anticapacitista tensiona sobre o que seria o poder pessoal imanente ao organismo postulado por Carl Roger. Especificamente, problematiza como os aspectos socioculturais contribuem para produção de limitações na dinâmica das relações humanas. Um debate na abordagem Centrada na Pessoa que atenta os postulados organicistas de Rogers. Assim, destaca-se a importância urgente de conhecer a voz da população PCD, diariamente reprimida, permitindo que eles trabalhem ativamente nas decisões políticas que afetam suas vidas e, em última instância, respeitem suas potencialidades, dando-lhes reconhecimento de suas demandas, bem com a inclusão aos indivíduos estigmatizados, julgados erroneamente como “sem-poder”.

**Palavras-chave:** Poder pessoal; Anticapacitismo; Abordagem Centrada na Pessoa; Pessoa com Deficiência.

## **FOCALIZAÇÃO NO PLANTÃO PSICOLÓGICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Hian Soares Teixeira**

Universidade Federal do Pará

**Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo**

Universidade Federal do Pará

Fundamentado na Abordagem Centrada na Pessoa, o plantão psicológico é uma intervenção clínica de enquadre próprio, como a possibilidade de um encontro único e o fechamento da sessão em si mesma. Objetiva-se relatar a experiência de um atendimento de plantão psicológico em que se utilizou a focalização como recurso terapêutico, visando a escuta sensível da experiência vivida corporalmente. Analisou-se a versão de sentido do atendimento para o relato de experiência. Henrique, nome fictício, jovem de 20 anos, apresentou a ansiedade como queixa principal. Indagado sobre seus sentimentos acerca do que relatava, verbalizou que não queria viver mais assim. Entretanto, seu relato era circular, alternando entre angústia e culpa. Em certo momento, comentou sobre uma vontade de chorar que se repetia, o plantonista intuiu que era algo importante e atentou-se a essa sensação corporal. Primeiro, convidou para acessá-la por meio de recursos expressivos, mas propôs a focalização, que foi aceita pelo cliente. Henrique teve dificuldade de nomear suas sensações, mas fez referência direta a um aperto no peito, que nomeou como decepção, seu felt sense foi se transformando, emergindo novos significados implícitos, como a aflição, o medo e a culpa ou “isso que causa culpa”. Até que verbalizou que essa culpa era por conta de sua homossexualidade, algo que nunca tinha dito a ninguém antes e que ao falar promoveu um alívio imediato, seu medo era de decepcionar os pais e sua aflição era a de não conseguir falar sobre isso com ninguém. Conclui-se que a ansiedade era a consequência da tentativa de controlar tudo e de ser perfeito para os pais, uma tentativa de “decepcionar menos”. Assim, a focalização facilitou o contato do cliente com suas sensações e com a real causa de seu sofrimento, configurando-se como um recurso significativo.

**Palavras-chave:** Plantão Psicológico; Abordagem Centrada na Pessoa; Focalização; Eugene Gendlin; Ansiedade.

## **POSSIBILIDADES DE MANEJO CLÍNICO NA ACP DIANTE DO AUTODIAGNÓSTICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Naeli do Nascimento Rocha da Luz**

Universidade Federal do Pará

**Rivia da Glória da Silva da Silva**

Universidade Federal do Pará

**Ana Lídia Lima da Silva**

Universidade Federal do Pará

**Matheus Venicio da Silva Fontenele**

Universidade Federal do Pará

**Gabriel Nascimento Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**José Alves de Souza Filho**

Universidade Federal do Pará

A discussão acerca do diagnóstico na clínica centrada na pessoa é atravessada por dissonâncias e complexidades. No contexto de formulação da Abordagem Centrada na Pessoa, Carl Rogers postulou que o diagnóstico pode ser prejudicial para o desenvolvimento da relação terapêutica. Tal premissa perpassa a formação de terapeutas centrados no cliente até os dias atuais. Contudo, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e a democratização do acesso à informação, o uso de jargões e psicodiagnósticos como forma de explicar comportamentos e compreender experiências tornou-se uma demanda presente na prática clínica. Nesse contexto, é fundamental discutir os possíveis contornos e manejos do discurso psicopatologizante sob a perspectiva da ACP. Temos como objetivo analisar os contornos do fenômeno do autodiagnóstico da perspectiva dos clientes na clínica e discutir possibilidades de manejos do terapeuta. Trata-se de um relato de experiência dos estagiários do Plantão Psicológico da Universidade Federal do Pará. Ao observar o fenômeno do autodiagnóstico apresentado pelos clientes nos atendimentos clínicos, é crucial destacar o nível de sofrimento que o consulente vivencia. Desta forma, a tentativa de autodiagnóstico, pode refletir uma busca por validação e pertencimento, além disso, este fenômeno pode ser compreendida como um dos únicos elementos que o cliente tem acesso em seu *lebenswelt* para simbolizar sua experiência. O autodiagnóstico apresenta-se como um elemento que favorece a distorção da experiência vivida do cliente acarretando, assim, um distanciamento entre *Self* e *Organismo*. Portanto, o manejo terapêutico deve ir além do diagnóstico em si. O terapeuta precisa adotar uma postura que busque compreender o que está por trás dessas manifestações, reconhecendo que elas refletem o sofrimento, os medos e as angústias do cliente. É fundamental entender o sentido e o significado dessas colocações, seja de forma verbalizada ou não, para que o trabalho clínico possa realmente atender às necessidades emocionais do consulente.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Autodiagnóstico; Manejo Clínico.

## **SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NO PLANTÃO PSICOLÓGICO DA UFPA: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Rívia da Glória da Silva da Silva**

Universidade federal do Pará

**Brenda Rafaela Moreira dos Santos**

Universidade Federal do Pará

**Matheus Venicio da Silva Fontenele**

Universidade Federal do Pará

**Gabriel Nascimento da Silva**

Universidade Federal do Pará

**José Alves de Sousa Filho**

Universidade Federal do Pará

O plantão psicológico é uma modalidade de atendimento voltada para a urgência psicológica. Ele surge no Brasil dentro da Abordagem Centrada na Pessoa, com a proposta de intervenções de curta duração, podendo ser suficientes e resolutivas para certas demandas. Objetiva-se descrever o potencial de efetividade e de resolutividade do Plantão Psicológico. Através de um relato de experiência de três atendimentos em setembro de 2023 de um cliente do Plantão Psicológico da UFPA com análise das Versões de Sentido dos platonistas. No primeiro atendimento, o cliente relatou como queixa: um término de namoro, insegurança financeira, saudades da família e angústia, decorrentes de sua mudança para Belém. Foi realizado o acolhimento focando sua vinculação ao serviço, investigação da queixa e articulação com a rede de assistência estudantil; por fim, foi sugerido que retornasse. No retorno, o cliente retoma a queixa, explorando com mais profundidade os fatores que têm lhe atravessado, seu processo para simbolizar o término, o sentimento de solidão agravado pela saudade da mãe, ajudando-o a elaborar como ele simboliza a situação e quais seus valores preponderantes no momento. No último atendimento, este retorna para comunicar o trancamento do curso e sua volta para a cidade natal, priorizando o suporte afetivo da família e sua reorganização, focando-se na elaboração de como ele estava implicado nas situações ocorridas e quais aspectos ele gostaria de mudar e valorizar. Observa-se que neste caso os atendimentos realizados no Plantão ajudaram o consultente a ter maior consciência dos aspectos emocionais, sociais e comportamentais que estavam em foco na sua queixa. A partir desta tomada de consciência, ele pôde deliberar pela ação mais satisfatória para seu autodesenvolvimento. Assim, observa-se a vasta funcionalidade do Plantão Psicológico, que não só acolhe urgências psicológicas, mas também possibilita a assistência estudantil.

**Palavras- chave:** Plantão psicológico; Urgência psicológica; Manejo de crises.

## **NEUROSE NA PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA: UM ESTUDO TEÓRICO-CONCEITUAL**

**Matheus Venicio da Silva Fontenele**

Universidade Federal do Pará – UFPA

**José Alves de Souza Filho**

Universidade Federal do Pará – UFPA

O Humanismo-Fenomenológico se origina na articulação entre a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e a Psicopatologia Fenomenológica, tendo como base epistemológica a fenomenologia de Merleau-Ponty. A Psicopatologia Fenomenológica, de forma geral, busca clarificar a experiência vivida das pessoas acometidas com sofrimentos psíquicos, e tem como um dos principais autores o psiquiatra Arthur Tatossian. O conceito de neurose não foi construído como descritivo, mas torna-se útil à medida em que descreve uma forma de funcionamento psíquico. Desta forma, este trabalho busca analisar a noção de neurose presente na obra de Arthur Tatossian. Metologicamente foram selecionadas as obras traduzidas no Brasil de Arthur Tatossian, sendo elas Psicopatologia Fenomenológica Revisitada (2024) e Fenomenologia das Psicoses (2006). Como forma de análise realizou-se um estudo teórico-conceitual. Na neurose há um enfraquecimento do Eu empírico, uma dessincronização entre o tempo experimentado e o tempo intersubjetivo e uma manutenção do equilíbrio entre a transcendência subjetividade e objetiva. No desenvolvimento deste conceito observa-se as contribuições de Gebattel, Maldiney, Von Uslar, Minkowski e Storch. Este fenômeno pode ser compreendido como uma experiência vivida onde a Noção de Eu da pessoa é abalada, outrossim, sua vivência temporal no domínio reflexivo se desconecta do tempo social causando os sentimentos de retardamento ou de aceleração diante do mundo cotidiano. Na neurose o sujeito não dobra o mundo a sua vontade, para ele o outro continua existindo em toda sua alteridade, de modo que permite que o neurótico compreenda seu sintoma como detentor de significado e seja capaz de relata-lo a um terceiro. Distingue-se a neurose normal da neurose patológica por meio do grau de liberdade que a pessoa tem para deixar de apresentar um comportamento desviante. O presente conceito ainda se mantém útil ao descrever uma forma de vivência subjetiva.

**Palavras-chave:** Neurose; Psicopatologia Fenomenológica; Humanismo-Fenomenológico.

## **LUDOTERAPIA CENTRADA NA CRIANÇA: PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA**

**Mayla Ferreira dos Santos Corrêa**

Universidade Federal do Pará

**Ana Caroline Oliveira Soares**

Universidade Federal do Pará

**Carolina da Natividade Rodrigues Corrêa**

Universidade Federal do Pará

**Menkell Souza Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**Márcia Elena Botelho Soares**

Universidade Federal do Pará

A ludoterapia emerge como uma modalidade de psicoterapia infantil centrada na criança que se destaca pela utilização do brincar como meio de acesso à dinâmica interior infantil. Por meio do brincar a criança consegue se libertar daquilo que está velado, alcançando maior estabilidade emocional e auto realização. O brincar não é apenas uma atividade lúdica, mas uma forma de comunicação e expressão para a criança. Além disso, o terapeuta não é um mero espectador, mas um facilitador ativo que guia a criança através de seu processo de crescimento. A presente pesquisa investigou a atual produção científica no Brasil sobre Ludoterapia Centrada na Criança. Essa pesquisa se justifica pela necessidade de atualização e conhecimento acerca da prática, considerando também as novas possibilidades e perspectivas de avanço na área. Objetivou mapear, dentro das publicações recentes, as principais tendências e desafios do tema no contexto brasileiro. Como metodologia, realizou-se uma revisão integrativa da produção científica sobre ludoterapia no Brasil entre 2015 e 2024, analisando 6 artigos que destacam contribuições teóricas e metodológicas para a prática. Os resultados mostram um enfoque predominante na clínica individual e revelam uma concentração geográfica de pesquisas no Nordeste do Brasil. Conclui-se que, embora a ludoterapia centrada na criança tenha avançado no seu caráter fenomenológico e humanista, ainda há lacunas significativas na produção acadêmica, especialmente nas regiões menos representadas como a Amazônia e para além do setting terapêutico, necessitando de mais estudos para abordar as particularidades locais e melhorar a prática terapêutica infantil brasileira.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Ludoterapia; Infância.

## PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ACP NA PSICOLOGIA JURÍDICA: RELATO DE PESQUISA

**Carla Pinheiro Landim**

Psicóloga Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, especialista em Psicologia Jurídica pelo Conselho Federal de Psicologia

**Introdução:** Apesar da literatura sobre psicologia jurídica se mostrar crescente e expansiva, percebeu-se existir reduzida produção de pesquisa quanto a interlocução da prática psicológica jurídica com a Abordagem Centrada na Pessoa e, compreendendo-se a relevância das práticas psicológicas serem pautadas e debatidas coletivamente entre os pares, realizou-se levantamento bibliográfico para analisar a produção científica desta Abordagem na área da Psicologia Jurídica.

**Metodologia:** Nas plataformas de pesquisa Scielo, Pepsic e Google Acadêmico, efetuou-se busca em julho de 2024, utilizando-se como palavras-chave “abordagem centrada na pessoa” e “psicologia jurídica”, em que as palavras aparecessem em qualquer lugar do texto, limitando os resultados a escritos por psicólogos como autores ou coautores, sem restrição de data. **Resultados:** Somente na plataforma Google Acadêmico, encontraram-se resultados, sendo localizados 7 publicações, dentre as quais foi possível confirmar todos os critérios acima elencados em 6 trabalhos, tratando-se de 3 artigos, 1 Trabalho de Conclusão de Curso, 1 Dissertação e 1 ANAIS de Congresso.

**Considerações Finais:** Os dados coligidos revelaram existir percentual de psicólogos jurídicos atuando com a Abordagem Centrada na Pessoa em nível nacional. Contudo, diante da reduzida produção acadêmica envolvendo as duas áreas, concluiu-se quanto a necessidade de fomento à produção de pesquisa dentro da formação acadêmica do psicólogo, sublinhando a pesquisa como importante parte da contribuição profissional com a área. Também se considerou que as condições de trabalho enfrentadas pelos psicólogos judiciários se revelam de pressão por produtividade, precarização e sucateamento, requerendo enfrentamento dos profissionais, com provável prejuízo para produção de conhecimento dentro da Psicologia Jurídica com a Abordagem Centrada na Pessoa.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Psicologia Jurídica.

## **APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA CENTRADA NO ALUNO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS**

**Alice Soares Silva**

Universidade Federal do Pará

**Jennifer Leandra Ferreira dos Santos**

Universidade Federal do Pará

**Menkell Souza Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**Márcia Elena Botelho Soares**

Universidade Federal do Pará

Carl Rogers fez contribuições importantes para a teoria da aprendizagem, com ênfase na aprendizagem significativa. Para Rogers, a aprendizagem significativa é aquela que resulta em mudanças profundas na compreensão e no comportamento do indivíduo. Ao contrário de uma aprendizagem que se limita a memorizar informações ou a adquirir habilidades técnicas, a aprendizagem significativa promove um verdadeiro crescimento pessoal e uma integração mais profunda do conhecimento. Objetivamos relatar as experiências de 3 alunos de graduação pública em Psicologia numa disciplina que adota princípios do Ensino Centrado no Aluno. Conforme postulado por Rogers, dimensionar uma prática educacional centrada na relação que se estabelece entre sujeitos envolvidos no ensino-aprendizagem e no significativo construído e compreendido de maneira autodirigida e auto apropriada. Metodologicamente, optou-se pela produção de Versões de Sentido (VS) como estratégia de produção de dados. Cada estudante participante produziu suas respectivas VS de cada aula vivida no decorrer da disciplina. Para análise dos relatos das VS, adota-se o método fenomenológico de investigação em Psicologia, por se tratar de uma exploração do sentido da experiência humana a partir das descrições dos sujeitos participantes, possibilitando a produção de unidades de significado. Preliminarmente, observou-se que é a qualidade da relação estabelecida com os facilitadores (professora e monitor) um fator de fundamental auxílio para a liberalidade experiencial dos alunos, o que possibilita uma apropriação singular e existencial das experiências em sala de aula. Concluímos que um ambiente de relações significativas entre aluno e facilitador ganha primordial relevância na proposta de uma educação centrada no aluno.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Educação; Aprendizagem Significativa.

## **CONTATO PSICOLÓGICO NA PRÉ-TERAPIA DE GARRY PROUTY: PESQUISA CONCEITUAL**

**Carolina da Natividade Rodrigues Correa**

Universidade Federal do Pará

**Hian Soares Teixeira**

Universidade Federal do Pará

**Joyce Maria Vanzeler Gonçalves**

Universidade Federal do Pará

**Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo**

Universidade Federal do Pará

Para a psicoterapia centrada na pessoa, o contato psicológico entre cliente e psicoterapeuta é a primeira das condições suficientes e necessárias para a mudança terapêutica da personalidade. Para Rogers, trata-se da existência de uma relação mínima entre os dois e que se tenha consciência do outro. Entretanto, essa definição, embora operacionalizada, carece de maiores esclarecimentos, motivo pelo qual se pretende defini-la conceitualmente dialogando com o sistema teórico da Pré-Terapia de Garry Prouty. Realizou-se uma pesquisa conceitual na obra “Evolução Teórica na Terapia Experiencial/Centrada na Pessoa”, de Garry Prouty, utilizando o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto. Na obra, utiliza-se como referencial teórico os pressupostos de Gendlin, Rogers e Perls, assumindo como conceitos-chave as funções de contato (contato com a realidade, contato afetivo e contato comunicativo). Contatar a realidade significa conhecer aspectos do mundo (pessoas, lugares, tempo e as coisas/objetos). O contato afetivo diz das interações emocionais e os sentimentos expressos na relação eu-outro e possibilita o potencial de ajuda por facilitar que o cliente desenvolva a capacidade de expressar sentimentos e emoções. Por fim, o contato comunicativo diz respeito a transmitir ao outro aquilo que percebemos acerca do mundo e do self. Essas três dimensões possibilitam, respectivamente, o contato com o mundo, com o self e com o outro. Sendo que, para Prouty, estar consciente dessa experiência de contato é o que estrutura a consciência existencial do sujeito, o qual, tal qual a noção de intencionalidade husserliana, move-se em direção à presença desse mundo, desse self e desse outro, para apreendê-los. Conclui-se que o texto de Prouty, correlaciona as funções de contato enquanto características do contato psicológico, mas não o define diretamente. Nesse sentido, as noções de contato com a realidade, contato afetivo e contato comunicativo iniciam essa discussão, mas novos estudos se fazem necessários.

**Palavras-chave:** Contato Psicológico; Pré-Terapia; Garry Prouty; Psicoterapia Centrada na Pessoa; Carl Rogers.

## **ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO: ANÁLISE DOCUMENTAL**

**Hian Soares Teixeira**

Universidade Federal do Pará

**Menkell Souza Rodrigues**

Universidade Federal do Pará

**Naeli do Nascimento Rocha da Luz**

Universidade Federal do Pará

**Matheus Venicio da Silva Fontenele**

Universidade Federal do Pará

**José Alves de Souza Filho**

Universidade Federal do Pará

Problematizamos as singularidades da Abordagem Centrada na Pessoa desenvolvida no Brasil em função das críticas ao pensamento rogeriano, destacando seus limites teóricos e metodológicos frente às condições sociais brasileiras. Como alternativa, a construção de uma psicologia humanista de orientação fenomenológica e existencial alcançou reconhecimento dentro dos cursos de formação de psicólogo nas instituições de ensino no país. Assim, objetivamos investigar as perspectivas formativas, da Abordagem Centrada na Pessoa, predominantes em instituições de ensino superior privado. Metodologicamente, realizou-se um levantamento dos cursos de graduação em psicologia reconhecidos pelo Ministério da Educação e entrou-se em contato com suas instituições, convidando-as para participar da pesquisa e enviar seu projeto político pedagógico ou projeto pedagógico de curso, quando não disponíveis publicamente. Na análise dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo das ementas de disciplinas referentes aos espaços de transmissão e circulação das ideias relativas à Abordagem Centrada na Pessoa, construindo categorias que organizam suas principais tendências. Também analisou-se o quadro de referências bibliográficas obrigatórias e complementares. Foram analisados sete projetos políticos pedagógicos de diferentes regiões do Brasil. Os resultados foram organizados em quatro categorias: componentes curriculares histórico-epistemológicos; componentes curriculares teórico-clínicos; componentes curriculares de estágios básicos e supervisionados; e disciplinas generalistas. Na primeira categoria, não foram identificadas obras específicas de psicologia humanista e notou-se que abordam, de forma generalista, o humanismo como uma das principais correntes teóricas da psicologia. Ademais, a categoria teórico-clínica incluiu disciplinas específicas de Abordagem Centrada na Pessoa, apresentando variabilidade nas definições das ementas e destacando o modelo de clínica construída a partir dessas disciplinas, notoriamente individual, focado na psicoterapia, no aconselhamento psicológico e no plantão psicológico. Concluímos que a prescrição da abordagem não diferencia a psicologia humanista e a fenomenologia-existencial. Além disso, constata-se que seu ensino é pautado em um modelo clínico individual que trata da prática das atitudes facilitadoras.

**Palavras-chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Projeto Político Pedagógico; Formação de psicólogos.

## **O CORPO NA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: LIMITES E POSSIBILIDADES**

**Anne Caroline de Sousa Souza**

Atuação com psicoterapia na Abordagem Centrada na Pessoa

**Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo**

Universidade Federal do Pará

A ACP comprehende o sujeito como uma totalidade organísmica que supera a dicotomia mente-corpo. Diante disso, este estudo tem por objetivo fazer um levantamento sobre as proposições acerca do corpo e corporeidade num livro importante para a consolidação da Abordagem Centrada na Pessoa: *Tornar-se pessoa*, escrito por Carl Rogers e publicado em 1961. Os objetivos específicos são: situar epistemologicamente a noção de organismo de Rogers e verificar intervenções possíveis para queixas psicossomáticas dentro da Psicoterapia Centrada na Pessoa. Para Carl Rogers, o corpo e os processos fisiológicos são relevantes na medida em que fazem parte de um processo de integração entre experiência e eu (autoconceito). Apesar de estudos indicarem que a psicoterapia centrada na pessoa contribui no tratamento de queixas psicossomáticas, pode-se pensar que sejam necessários outros recursos teóricos e técnicos que apresentam afinidade teórica e ética com a ACP para maior eficiência e eficácia da psicoterapia. A Focalização e a Pré-terapia podem ser alguns desses recursos.

**Palavras-chave:** Psicossomática; Psicoterapia Centrada na Pessoa; Abordagem Centrada na Pessoa; Técnicas em psicoterapia.

## PRÁTICA DA ACP EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLUVIAL

**Nataliane Souza Rangel**

Graduada em Psicologia pela Faculdade de Macapá - FAMA

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) possui como princípio a ideia de tendência atualizante, a qual é favorecida por atitudes como: consideração incondicional positiva, compreensão empática e congruência. A presença dessas atitudes tende a facilitar o crescimento pessoal, promovendo a autonomia de indivíduos e territórios. Diante disso, objetiva-se descrever a experiência de atuação a partir do referencial da ACP e refletir acerca das contribuições dessa abordagem no âmbito da Atenção Primária a Saúde. Como metodologia, optou-se por um relato de experiência ocorrida em uma Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) do município de Macapá-AP, a qual percorreu oito comunidades ribeirinhas durante dez dias do mês de abril de 2023. Foram realizados atendimentos individuais e atividades coletivas, em equipe interprofissional e em articulação com as comunidades. O trabalho em uma UBSF considera a dinâmica do serviço, o acesso aos usuários, a ética e técnicas dos trabalhadores e também o tempo da natureza, que confluem em assistência à saúde respeitando-se as particularidades territoriais e modos de vida ribeirinhos. Percebeu-se que os princípios da ACP possibilitaram intervenções contextualizadas, visto que a partir da escuta do Outro e do território foi possível ouvir histórias de “misuras e encantados” e manejar adequadamente o sofrimento psíquico gerado por aspectos psicossociais característicos da região. A postura acolhedora proposta pela abordagem oportunizou o encontro com o Outro e abertura às afetações provocadas pelo ambiente. O deslocamento até o usuário, conceito basilar na política das UBSF’s, assim como a atuação embasada na ACP, favorecem a garantia de direitos, promoção de saúde integral e o afastamento da perspectiva biomédica. Conclui-se que a adoção dos princípios da ACP permite a atuação em diferentes contextos, inclusive naqueles tão desafiadores quanto uma UBSF.

**Palavras-chave:** APS; ACP; UBSF.

ISBN 978-655376445-3



A standard 1D barcode representing the ISBN 978-655376445-3. The barcode is composed of vertical black lines of varying widths on a white background. Below the barcode, the numbers '9786553764453' are printed in a small, black, sans-serif font.

9 786553 764453